

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Agenda 2030:

Uma agenda de inovação
na gestão pública

Fundação Calouste Gulbenkian

10 de maio de 2019

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Título:

Agenda 2030: Uma agenda de inovação na gestão pública

Autor:

INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

Coleção:

Eventos AP | 004

Editor:

INA Editora

INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

Sede: Rua Filipe Folque, n.º 44 | 1069-123 Lisboa

Tel.: (+351) 214 465 300

E-mail: ina@ina.pt

URL: www.ina.pt

INA Editora

Rua da Alfândega, 5 | 1100-016 Lisboa

Tel.: (+351) 218 846 669

E-mail: editora@ina.pt

URL: INA Editora

Data de publicação:

setembro 2019

ISBN:

978-989-8096-58-6

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
ABERTURA	
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS Mário Centeno	7
SESSÃO PLENÁRIA /// “OS ODS ESTÃO A MUDAR O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”	10
1º PAINEL - COMO INTEGRAMOS OS ODS NA NOSSA MISSÃO	11
SAÚDE DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE Jorge Tavares	12
AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA SECRETARIA-GERAL Pedro Liberato	14
AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL Margarida Vaz	16
MAR INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I. P. Telmo Carvalho	19
2º PAINEL - COMO OS ODS POTENCIAM A NOSSA COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	21
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P. Luís Faro Ramos	22
CULTURA GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS Susana Sousa	24
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA José Paulo Esperança	27
EDUCAÇÃO INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P. Sónia Paixão	30
3º PAINEL - COMO OS ODS NOS LEVARAM A INOVAR NOS MODELOS DE GESTÃO	33
PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE Marta Carneiro	34
FINANÇAS ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P. César Pestana	36
DEFESA DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL Ana Correia	38
PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I. P. Conceição Veiga	41
SESSÃO DE ENCERRAMENTO /// “REFORÇAR O COMPROMISSO COM OS ODS: COMO VAMOS PROSSEGUIR?”	44
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO Teresa Ribeiro	46
PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA SECRETARIA DE ESTADO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Luís Goes Pinheiro	47
FINANÇAS SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO Fátima Fonseca	48

Introdução

Com o objetivo de promover o debate sobre a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto da Administração Pública, o INA reuniu um conjunto de oradores e moderadores numa conferência denominada “Agenda 2030 – Uma agenda de inovação na gestão pública”, que resultou de uma iniciativa conjunta das áreas de Governo dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

O evento realizado no dia 10 de maio de 2019, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, contou, na sessão de abertura, com a intervenção do Ministro das Finanças. Mário Centeno referiu que a responsabilidade dos dirigentes e trabalhadores da Administração Pública, para a concretização dos ODS, revela um novo compromisso na luta contra a pobreza e promoção de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável e global.

A sessão plenária, constituída por três painéis, incidiu sobre o papel dos organismos públicos na integração dos ODS na missão de cada um e na forma como os ODS potenciaram a colaboração e a necessidade de inovar nos modelos de gestão. Distribuídos pelos 3 painéis estiveram 3 moderadores e

12 oradores, representantes de organismos sob a tutela de 11 áreas governativas. A Agenda 2030 foi subscrita pelos 193 países membros da ONU e tem como lema “Transformar o nosso mundo, não deixar ninguém para trás!” e inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser concretizados em todos os países.

A sessão de encerramento, em formato de debate, contou com as participações da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, do Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa, Luís Goes Pinheiro, e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, Fátima Fonseca.

Considerando o interesse demonstrado pela temática e relevância das participações, esta publicação integra a intervenção do Ministro das Finanças, Mário Centeno, os contributos que cada orador levou ao respetivo painel de discussão e as comunicações dos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, da Modernização Administrativa, e da Administração e do Emprego Público.

ABERTURA

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS

Mário Centeno



Esta iniciativa sublinha o indispensável contributo da Administração Pública para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Portugal participa no compromisso coletivo de atingirmos os objetivos e metas aprovados nas Nações Unidas para um futuro sustentável para todos.

A Administração Pública é um agente transformador da maior importância nesta matéria, porque assume o duplo papel de catalisador e de promotor através das políticas públicas que desenvolve.

Políticas de nova geração pela transversalidade dos temas, que extravasam as tipificações tradicionais das áreas de atuação do Estado.

Políticas que exigem novos modelos de governação, pela necessidade de envolver múltiplos atores. Um papel catalisador que estimula a participação e a dimensão colaborativa entre setor público e privado e entre Governo e sociedade civil. Mas também entre o Estado Português e outros países, bem como

dentro do próprio Governo e, naturalmente, dentro da própria Administração Pública.

A Administração Pública assume também um papel promotor, desenvolvendo medidas concretas para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

São muitos os serviços da Administração Pública que assumem essa responsabilidade como parte da sua missão e alguns desses bons exemplos serão apresentados aqui hoje. É fundamental tornar mais visível o contributo que todos os serviços podem dar para concretizar esta agenda comum, integrando os objetivos de desenvolvimento sustentável na sua esfera de atuação. E a partilha das experiências que hoje aqui realizamos é, sem dúvida, muito importante para renovar o impulso individual e coletivo para a ação.

Uma parte muito significativa do nosso sucesso na concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável reside no aprofundamento da capacidade organizacional.

A Agenda 2030 exige instituições fortes na dimensão da eficácia e da eficiência das organizações públicas.

Seria impossível lidar com os desafios colocados pela conceção, gestão e avaliação de políticas públicas transversais, que inscrevem na agenda política e de gestão temas como a igualdade de género ou a conciliação da vida pessoal e profissional, sem uma consciência coletiva forte e focada, com auto-vinculação a objetivos comuns.

Esta forma interconectada de olhar para as responsabilidades organizacionais requer um investimento forte no conjunto de fatores que reforçam a capacidade de atuação da Administração Pública.

A Agenda 2030 exige-nos responsabilidade pela utilização de TODOS os recursos do planeta. Por isso, é também uma agenda de eficiência e de inovação na gestão. Temos que utilizar sabiamente os recursos públicos, para que nenhum investimento crítico fique para segundo plano.

Por isso, o Governo tem investido em três dimensões que são fundamentais para o desenvolvimento da Administração Pública e da sua capacidade organizacional, em alinhamento com a Agenda 2030:

- valorizar os trabalhadores;
- promover boas condições de trabalho e
- modernizar a gestão pública.

Este é também um compromisso com as Parcerias, criando condições para a renovação de modelos de atuação e gestão assentes em dinâmicas colaborativas que racionalizem a utilização de recursos e otimizem resultados, que exijam atuação coletiva e concertada.

Dou-vos alguns exemplos concretos daquilo que temos feito ao longo desta legislatura, num percurso sólido, incremental e sustentável:

- A reposição de rendimentos e do horário de trabalho das 35 horas semanais;
- A modernização do sistema de formação profissional, ampliando também as oportunidades de qualificação, através, por exemplo, do programa Qualifica AP;
- A promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, com o programa 3 em Linha;
- O Plano de Ação em Segurança e Saúde no Trabalho na Administração Pública, que está em curso;
- O Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública (SIIGeP), que estimula a experimentação e o exercício do direito ao desafio.

Nos recursos humanos, estamos a regularizar a situação de dezenas de milhares de trabalhadores

que estavam há vários anos em situação de precariedade. Recrutámos trabalhadores para as áreas que prestam serviços públicos essenciais e, recentemente, aprovámos o contingente de mil postos de trabalho para, de forma transversal, revitalizar a capacidade técnica dos serviços, satisfazendo as necessidades de recrutamento de trabalhadores qualificados na Administração Pública.

Temos certamente ainda muitos passos por dar, porque sabemos que a criação de capacidade é um processo que nunca termina.

Mas também sabemos que os passos que são dados têm um valor que deve ser sublinhado, pois corresponde a um investimento coletivo e a um exigente desafio de realizar e concretizar opções que só são possíveis com o conhecimento, a vontade e a determinação da própria Administração Pública.

Hoje realizamos mais uma etapa deste caminho conjunto de partilha e aprendizagem.

Contamos com a participação de entidades de várias áreas do Governo, que aceitaram o desafio de vir mostrar o que se faz na Administração Pública, como se faz e que resultados queremos atingir.

A sustentabilidade é um tema que nos une em todas as dimensões: ambiental, social, organizacional, financeira. Todas estas dimensões são complementares porque os recursos são finitos.

A sustentabilidade é um tema que se trabalha no presente mas sempre com os olhos postos no futuro.

Os líderes políticos e organizacionais são convocados a encontrar soluções à altura destes desafios. Políticas que acompanhem o crescimento demográfico e o envelhecimento populacional, a escassez de recursos e a sustentabilidade económica. Medidas que reduzam o impacto das alterações climáticas. Medidas que reduzam os riscos associados aos avanços tecnológicos, nomeadamente em matéria de segurança e inclusão.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam, pois, uma mudança de paradigma de gestão que deve passar a integrar o léxico de quem pensa e age na Administração Pública. Uma

mudança com reflexos concretos nas práticas do dia-a-dia em contexto laboral, no desenho de políticas públicas robustas e inovadoras e nos modelos de governação que as tornam exequíveis.

Este é um compromisso nacional, da Administração Pública em geral e de cada um em particular, de cada dirigente, de cada trabalhador. Porque apenas com a consciência dos desafios, com a

convicção dos objetivos e com mobilização coletiva, é possível transformar o mundo, não deixando ninguém para trás.

Inspiremo-nos hoje, atuemos já amanhã. É hoje que construímos o futuro.



SESSÃO PLENÁRIA

“OS ODS ESTÃO A MUDAR O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”

A sessão plenária, composta por 3 painéis, contou com as intervenções de diversos oradores. Os textos de seguida apresentados integram os resumos elaborados por cada um dos participantes nos respetivos painéis de discussão.

1º PAINEL

COMO INTEGRAMOS OS ODS NA NOSSA MISSÃO

MODERADORA:

Paula Borges

Jornalista da RDP África

PARTICIPANTES:

SAÚDE

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE

Jorge Tavares

Coordenador do Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação

AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

SECRETARIA-GERAL

Pedro Liberato

Assessor dos Serviços de Relações Internacionais

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Margarida Vaz

Diretora de Serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais

MAR

INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I. P.

Telmo Carvalho

Vogal do Conselho Diretivo

SAÚDE

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE

Jorge Tavares

Coordenador do Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação

A Direção-Geral da Saúde (DGS) é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa.

Tem por Missão regulamentar, orientar e coordenar as atividades de promoção da saúde e prevenção da doença, definir as condições técnicas para adequada prestação de cuidados de saúde, planear e programar a política nacional para a qualidade no sistema de saúde, bem como assegurar a elaboração e execução do Plano Nacional de Saúde e, ainda, a coordenação das relações internacionais do Ministério da Saúde.

Para sua concretização, a DGS desenvolve a sua atividade ancorada em planos estratégicos com um horizonte temporal de 3 anos, planos que, em função da sua missão e atribuições, refletem desafios transversais às instituições de saúde e de outros setores.

São objetivos estratégicos, no triénio que agora termina, 2017-2019:

- Garantir estratégias integradas de planeamento e intervenção em saúde;
- Intervir na qualidade e segurança para melhorar a saúde em Portugal;
- Melhorar a monitorização da saúde;
- Impulsionar a comunicação em saúde;
- Reforçar a participação de Portugal na saúde global.

De uma forma, direta ou indireta, mais ou menos completa, os planos estratégicos têm correlação com a quase totalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), priorizando-se o ODS 3 – Saúde de Qualidade e as metas aí estabelecidas. O contributo para os ODS advém, quer da atividade de



suporte desenvolvida nas unidades orgânicas, quer do Plano Nacional de Saúde (PNS), dos 12 Programas de Saúde Prioritários desenvolvidos no âmbito do PNS, bem como dos outros 21 planos/programas que a DGS desenvolve ou é participante.

O compromisso da DGS para cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é coparticipado por outras entidades, públicas, privadas, e de solidariedade social, de diferentes setores, e é apoiado por políticas e ações concretas. Os resultados obtidos são consequência da articulação entre os diferentes projetos que em conjunto contribuem, na sua medida, para um objetivo comum.

A título de exemplo, entre muitos que poderiam ser descritos e evidenciados, temos a área da Alimentação Saudável, integrada num dos 12 Programas Prioritários de Saúde. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste âmbito, de forma articulada e coparticipada com outras entidades para a adoção de hábitos alimentares adequados, contribui para a redução da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, (ODS 3) bem como para o acesso de todas as pessoas a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano (ODS 2).

Assim, com o impacto das ações desenvolvidas nos últimos anos, entre outros resultados, foi possível a limitação de produtos prejudiciais à saúde disponibilizados nas máquinas de vendas automáticas

e nos espaços destinados à exploração de bares, cafeterias e bufetes do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a redução do teor do sal no pão, em 1g por 100g, do açúcar dos pacotes individuais de 8g para 5/6g e, de uma forma geral, a redução da ingestão de açúcar na população portuguesa, pela reformulação do teor de açúcar das bebidas adicionadas de açúcar e edulcorantes e diminuição do consumo das mesmas.

Refira-se que dados sobre a obesidade infantil sugerem uma tendência decrescente ou pelo menos uma estabilização da sua prevalência.

Para estes resultados foram determinantes inúmeras iniciativas, destacando-se:

- A promoção de medidas que visaram a redução do consumo de sal e açúcar, seja em parceria com outras entidades ou por força de legislação (imposto especial de consumo sobre as bebidas açucaradas, programa para a reformulação dos produtos alimentares e orientações para a oferta alimentar em determinados espaços públicos).
- A publicação da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável, estratégia interministerial (7 ministérios), com uma intervenção centrada na modificação da oferta alimentar por parte da produção e nos espaços públicos, e a posterior implementação local, em parceria com as Administrações Regionais de Saúde e municípios.
- A implementação de medidas destinadas à alteração da oferta alimentar em espaços públicos, designadamente a publicação de orientações para a oferta alimentar nas máquinas de vendas automáticas e nos espaços destinados à exploração de bares, cafeterias e bufetes do SNS e, em colaboração com a Segurança Social, a modificação dos cabazes alimentares distribuídos através dos programas de ajuda a populações carenciadas.
- Por último, a aposta e investimento na estratégia da comunicação na área da alimentação e nutrição, designadamente através de campanhas, e da elaboração de materiais e livros disponibilizados na página eletrónica do Pro-

grama Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (<http://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt> e <https://nutrimento.pt/>).

Para o futuro próximo, estão em desenvolvimento e em agenda as seguintes ações:

- A promoção da redução dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos *trans* em diversas categorias de alimentos. Recentemente, já em 2019, foram assinados protocolos com a indústria alimentar e distribuição para reduzir, até 2022, as quantidades de açúcar, sal e gorduras *trans* em cereais de pequeno-almoço, iogurtes e leites fermentados, leite achocolatado, pão, sopas prontas a comer, refeições prontas a consumir, refrigerantes, néctares, batatas fritas e gorduras industriais para o fabrico de produtos alimentares, abrangendo mais de 2 mil produtos alimentares.
- A criação de mecanismos necessários à monitorização regular da oferta alimentar.
- O alargamento do número de municípios a implementar, localmente, a estratégia Integrada para uma Alimentação Saudável.
- A criação de mecanismos independentes de avaliação das medidas implementadas para a promoção de uma alimentação saudável.
- A restrição da publicidade alimentar dirigida a menores de 16 anos.
- A promoção da literacia alimentar, através da elaboração e publicação de materiais e campanhas para a promoção da saúde.
- A promoção da implementação, no contexto dos cuidados de saúde primários, de um modelo de prestação de cuidados que permita uma identificação e intervenção precoce na pré-obesidade.

Este texto contou com a colaboração da Professora Maria João Gregório, Diretora do Programa Nacional da Promoção da Alimentação Saudável.

AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

SECRETARIA-GERAL

Pedro Liberato

Assessor dos Serviços de Relações Internacionais

Como integramos os ODS na nossa missão?

O Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE) tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de ambiente, ordenamento do território, cidades, transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros, mobilidade, alterações climáticas, conservação da natureza, energia e geologia, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial.

Atualmente, a Estratégia de Ação baseia-se em três eixos fundamentais: promover a circularidade da nossa economia, valorizar o território e atingir a neutralidade carbónica.

A política pública de ambiente é, por natureza, transversal e intersectorial, pelo que apenas pode ser implementada de forma coordenada e num diálogo permanente entre os diferentes parceiros, permitindo uma avaliação continuada com o objetivo de, progressivamente, otimizar a correta implementação das diversas ações.

Assim, todos os 17 ODS estão, de uma forma ou de outra, presentes na missão do MATE. Importa, no entanto, ressaltar que os ODS 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 17 são aqueles que estão mais presentes no desempenho da nossa atividade diária.

Um especial sublinhado para a assunção, por parte da Agenda 2030, da existência do ODS 17, que norteia a conceção e a implementação da própria Agenda 2030 e das diferentes medidas de atuação dos restantes ODS, num mesmo nível de todos os outros 16.

O sucesso da Agenda 2030, como o das políticas de ambiente, passa pela capacidade de cada um, e de todos, saberem interagir e de terem capacidade de internalizar todas as externalidades.



Na linha das políticas a serem implementadas por este Ministério desde há alguns anos, a aprovação da Agenda 2030 e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vieram permitir uma maior sensibilização e receptividade dos parceiros face à relevância das políticas públicas de ambiente, o que permitiu um maior sucesso na concretização das medidas preconizadas. Exemplos disto são instrumentos atualmente em aplicação e que resultam de processos interministeriais e de consulta da sociedade civil para a sua elaboração, tais como: o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, o Plano de Ação para uma Economia Circular (PAEC), a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC) e a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

No que respeita ao quadro de indicadores utilizados para monitorizar o cumprimento desta Agenda importa referir que o MATE é fornecedor de dados ao Instituto Nacional de Estatística, tendo por base o conjunto de indicadores já existentes para o efeito. Contudo, existem ainda áreas onde se torna necessário desenvolver um esforço de consolidação, nomeadamente garantindo: a robustez do cál-

culo dos indicadores já existentes; a afinação de alguns destes indicadores para uma melhor adesão à realidade nacional; o desenvolvimento dos métodos de cálculo para a criação dos indicadores em falta, incluindo métodos indiretos de avaliação; e a avaliação da possibilidade de criação de indicadores qualitativos que provisoriamente possam contribuir para a análise do cumprimento das metas.

Como os ODS potenciam a nossa colaboração com outras entidades (externas e interministeriais)

Os ODS são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, não podem ser implementados por um Ministério de forma isolada, nem sequer unicamente pela administração central no seu todo. É fundamental que a sua implementação continue a lógica integradora da sua génese. Assim, a prossecução dos objetivos do nosso Ministério tornou-se ainda mais inclusiva e integradora com esta Agenda e estes Objetivos que são, por natureza, indivisíveis. A existência dos ODS, cuja implementação só é possível se existir uma ação coordenada de vários parceiros, torna impossível o cumprimento desta Agenda sem o reforço deste diálogo.

Como os ODS nos levaram a inovar no nosso modelo de gestão interna

OS ODS vieram reforçar a importância do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, contribuíram para que se tornassem mais prementes medidas de maior eficiência na utilização dos recursos.

Em termos concretos de gestão interna, citam-se algumas medidas cuja implementação foi reforçada pela existência destes Objetivos:

- Proibição do uso dos plásticos descartáveis na administração pública;
- Introdução de frotas de veículos elétricos na administração pública;
- Desmaterialização e utilização de suportes digitais para substituição do consumo de papel;
- Agilização de contactos e de reuniões por videoconferência, em detrimento das viagens.

Em síntese, podemos dizer que o sucesso da Agenda 2030 depende do empenho de todos.

Todos temos que ser capazes de pensar as necessidades e os objetivos dos outros como sendo os nossos.

A inovação é estratégica, mas a mais sustentável de todas é a inovação da mente e do pensamento.

Só a mudança de comportamentos pode garantir o sucesso da Agenda 2030, o que só é possível se todos usarem bom senso.

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Margarida Vaz

Diretora de Serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais

A agricultura e florestas têm uma contribuição direta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 “Erradicar a Fome” e 15 “Proteger a Vida Terrestre”:

- ODS 2 – “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável” que inclui metas de produtividade agrícola, rendimento de produção (agroindustrial e agrícola), manutenção de ecossistemas, mercados agrícolas e regras comerciais;
- ODS 15 – “Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e sustentar a perda de biodiversidade”.

O papel da agricultura e florestas com uma contribuição indireta para o cumprimento dos ODS 1 – Erradicar a Pobreza, ODS 12 – Produção e Consumos Sustentáveis (nomeadamente ODS 12.3 – “Até 2030, reduzir (para metade) o desperdício de alimentos *per capita* a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita”), ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis; ODS 13 – Alterações Climáticas; ODS 14 – Proteger a vida Marinha; ODS 17 – Parcerias para a implementação dos Objetivos e, subsidiariamente para os ODS 5 – Igualdade de Género e o ODS 8 – Trabalho Digno e Emprego Sustentável.

Como integramos os ODS na área governativa do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR)

O GPP/MAFDR procura dar um contributo para a



Política Agrícola Comum (PAC) e para a sua aplicação em Portugal, com o apoio das organizações e parceiros envolvidos, num processo inclusivo e participado, que permita a definição, execução e acompanhamento de instrumentos de política simples e transparentes, que sirvam os objetivos definidos para Portugal e para o futuro comum da União Europeia.

Para a identificação dos principais desafios e de forma a contribuir para a formulação das opções nacionais em relação ao futuro da PAC, para o período após 2020:

- Foi criado o Conselho de Acompanhamento da Revisão da PAC, presidido pelo Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural. Participam no Conselho os membros dos governos regionais dos Açores e da Madeira com competência nas áreas da agricultura, das florestas e do desenvolvimento rural.
- O Conselho é constituído por um Painel de Peritos que inclui personalidades, com reconhecido mérito nas áreas da agricultura e do desenvolvimento rural e por uma Comissão de Representantes, constituída por representantes de várias entidades associativas.

Havendo necessidade de encontrar caminhos mais eficazes para a vulgarização da inovação sustentável na Agricultura, nomeadamente no reforço da

ligação do conhecimento à prática agrícola e na simplificação para o agricultor da oferta de soluções sustentáveis, economicamente viáveis e facilmente utilizáveis, temos, também, em curso estratégias e iniciativas nacionais específicas, de que citamos, a título de exemplo:

- A criação da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), que tem por missão promover a redução do desperdício alimentar através de uma abordagem integrada e multidisciplinar.
- Envolvimento nas estratégias de internacionalização dos nossos produtos e na abertura de novos mercados.

O GPP tem preparado um conjunto de meios operacionais e de gestão, como forma de otimizar recursos e compromissos de internacionalização e cooperação, que incluem iniciativas desenvolvidas em parceria entre entidades públicas e entidades setoriais, integradas em estratégias de internacionalização, em áreas de cooperação/capacitação relevantes.

O foco, em matéria de cooperação, tem sido na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), direcionado a suprir necessidades identificadas pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nos domínios da capacitação profissional, institucional/empresarial.

Saliente-se que o estabelecimento de uma Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) da CPLP, em 2012, esteve na base da criação de ESAN por país, incentivando Portugal a iniciar, no quadro da criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Portugal (CONSANP), os trabalhos de preparação de uma ESAN.

Como os ODS potenciam a nossa colaboração com outras entidades (externas e interministeriais)

- A PAC continua a ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento económico e para a coesão social. A concretização destes objetivos requer uma política pública forte, abrangente nas suas opções, baseada em regras comuns e com meios suficientes para

promover o desenvolvimento sustentável da agricultura em todo o território da União Europeia, UE.

Os contributos da PAC, os quais deverão ser incrementados no quadro da discussão sobre a PAC pós-2020, constituem um aspeto chave para consolidar a importância que o setor tem no alcance dos objetivos específicos da Agenda 2030, ODS 2 e ODS 15 e dos contributos indiretos para o alcance de outros ODS.

- Destaque, também, para iniciativas que temos em curso, tais como o combate ao desperdício alimentar, estratégia de internacionalização e de acesso dos nossos produtos a novos mercados, o foco especial na CPLP:

- A CNCDA monitoriza, avalia e identifica as necessidades de adaptação Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA) e do Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar (PACDA).

A avaliação global e eventual revisão da Estratégia terá lugar até ao final do ano de 2021 (até lá é sujeita a uma monitorização trimestral, com base em relatórios a apresentar ao Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural).

A CNCDA visa também manter a sociedade civil informada sobre as políticas e iniciativas de combate ao desperdício alimentar, assim como promover a educação para o uso responsável de alimentos, constituindo uma das iniciativas emblemáticas que foram identificadas no Plano de Ação da Economia Circular.

- A CPLP merece-nos um interesse particular, sendo as necessidades de investigação e inovação, particularmente no combate e mitigação dos efeitos das alterações climáticas e ações a desenhar para o fortalecimento da agricultura familiar, domínios centrais da agenda política de Portugal na CPLP.

O processo de fortalecimento da Cooperação Setorial, no âmbito da CPLP, pela área governativa do MAFDR, inclui uma série de iniciativas relativas à agricultura familiar e à sua valorização, quer num plano mais global, de que é um exemplo o reconhecimento da importância da agricultura familiar na

Agenda 2030, a campanha global pela Década da Agricultura Familiar, aprovada ao nível das Nações Unidas, quer num plano mais regional, ao nível da própria CPLP. Destaque, no contexto da CPLP, para a assinatura da Carta de Lisboa pelo fortalecimento da Agricultura Familiar (Reunião de Alto Nível da CPLP sobre Agricultura Familiar, Lisboa, 7 fevereiro de 2018).

- Prosseguimos, igualmente, uma política de abertura de novos mercados internacionais em que têm sido realizados importantes protocolos à certificação sanitária e fitossanitária com países terceiros, possibilitando, assim, a eliminação de restrições ao comércio agrícola mundial dos produtos agroindustriais nacionais e o acesso a novos mercados, respeitando padrões internacionais de sustentabilidade económica, ambiental e social, com um papel decisivo para o cumprimento do ODS 2, em particular pelos países em desenvolvimento.
- Demos seguimento à execução de projetos bilaterais inovadores de cooperação e investimento setoriais em países de Língua Oficial Portuguesa (LOP), numa abordagem integrada com os atores locais, nomeadamente, na capacitação e no agronegócio, em parceria com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P..
- Conjugámos e otimizámos recursos públicos com estratégias privadas que facilitam a pesquisa de mercado e o cumprimento dos requisitos de comércio e investimento associados, nomeadamente utilizando a Plataforma *GlobalAgriMar*, de capacitação dos agentes do setor que se internacionalizam e a ligação a redes de serviços de inovação.

Como os ODS nos levaram a inovar no nosso modelo de gestão interna

- A captação do valor da Agricultura para os ODS está dependente da integração de políticas públicas que contribuem para o setor da alimentação, *eg.*, no domínio da segurança alimentar e nutricional. É essencial uma articulação das políticas públicas com incidência no setor da alimentação, garantindo objetivos de convergência, coerência e integração das mesmas.

A criação, em 2018, do CONSANP, presidido pelo Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural por delegação de competência do Primeiro-Ministro, sendo composto por representantes das diferentes áreas governativas. Tem participação alargada à sociedade civil, organismos públicos, agricultores familiares, pescadores, universidades, organizações de produtores, indústria, distribuidores, consumidores e demais atores relevantes na promoção de uma alimentação segura e adequada.

Um Grupo de Trabalho pluriministerial, coordenado pelo GPP, tem a seu cargo a elaboração da ESAN para Portugal, numa perspetiva integradora das estratégias/iniciativas em curso que se cruzam com o setor da alimentação, assente numa estrutura de governança e numa monitorização regular da sua operacionalização.

Telmo Carvalho

Vogal da Direção

A implementação dos ODS representa um desafio de inovação para a Administração Pública, e para os Laboratórios do Estado em particular, que têm na sua génese uma matriz científica e não regulatória e, portanto, importa refletir de que forma a sua missão reflete os ODS, como se adequam os modelos de gestão a esse imperativo e de que forma contribuem para o cumprimento da Agenda 2030.

Os Laboratórios do Estado têm como função social principal a produção de conhecimento científico de excelência que sustente políticas públicas sólidas e adequadas.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA, I. P.), é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

Assume o IPMA a responsabilidade ao nível do território nacional, nos domínios do mar e da atmosfera, concentrando os seus esforços de investigação em projetos que revertam para aplicações diretas com utilização na atividade operacional, na procura de uma melhoria progressiva da informação disponibilizada aos seus utilizadores, quer a oferta revista um carácter comercial, quer de serviço público e em particular, neste caso, com a preocupação orientada para a salvaguarda de pessoas e bens.

Como integramos então os ODS na nossa missão?

Respondendo ao desafio do ODS 14 – “Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”, o IPMA:

- Reforçou o conhecimento sobre a poluição marinha de todos os tipos, incluindo o lixo marinho:
 1. Investigação em dispersão de contaminantes e respostas bioquímicas em organismos marinhos;



2. Investigação em lixo marinho como vetor de contaminantes para organismos marinhos;
 3. Programa de Monitorização: Diretiva Quadro Estratégia Marinha;
- Reforçou os seus Programas de Monitorização Biológica, nomeadamente:
 1. Programa Nacional de Amostragem Biológica (PNAB). Para os Stocks de Pesca. Duas campanhas anuais;
 2. Programa Nacional de Monitorização de Bivalves (SNMB). Com interdição de apanha, quando necessário.
 - Desenvolve Investigação sobre biodiversidade de ecossistemas oceânicos, costeiros e estuarino;
 - Desenvolve Investigação sobre os múltiplos impactos das atividades humanas no estado ambiental, populações e ecossistemas marinhos;
 - Desenvolve Investigação sobre o impacto dos processos oceânicos costeiros na dinâmica do plâncton (produtividade do Oceano).

Respondendo ao desafio do ODS 13 – “Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos”, acentuámos os trabalhos de monitorização das alterações climáticas observadas e futuras, criando e assegurando o alerta

precoce de eventos extremos de natureza meteorológica e climática, promovendo a resiliência social a riscos naturais.

Respondendo ao desafio do ODS 4 – “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, o IPMA desenvolve várias ações de literacia científica, nas suas instalações e fora delas, através dos seguintes Programas:

IPMA ESCOLAS – Investigadores, técnicos e funcionários que, a título voluntário, desenvolvem atividades para mostrar a ciência feita no IPMA às crianças do primeiro e segundo ciclo de escolaridade (5-12 anos), em Portugal continental e Ilhas.

GELAVISTA – Programa de Ciência Cidadã onde a sociedade contacta e envia para o IPMA informação sobre monitorização e identificação de organismos gelatinosos nas costas portuguesas.

OBSERVAR – Plataforma *Web* que permite a qualquer cidadão reportar, em tempo quase real, a ocorrência de fenómenos meteorológicos severos que testemunhe.

Respondendo ao desafio do ODS 9 – “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”, o IPMA disponibiliza, tanto o acesso a Infraestruturas de Investigação marinhas, como a serviços, numa clara vertente de transferência de conhecimento e de tecnologia à sociedade civil, incluindo o setor comercial. Simultaneamente, disponibiliza formação – em especial para os PALOP, tanto nas áreas da Meteorologia como da investigação marinha (pescas, oceanografia...).



2º PAINEL

COMO OS ODS POTENCIAM A NOSSA COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

MODERADOR:

Jorge Pires

Vogal da Direção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal,
em representação da Aliança ODS Portugal

PARTICIPANTES:

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P.

Luís Faro Ramos

Presidente do Conselho Diretivo

CULTURA

GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS

Susana Sousa

Diretora de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

José Paulo Esperança

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

EDUCAÇÃO

INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P.

Sónia Paixão

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P.

Luís Faro Ramos

Presidente do Conselho Diretivo

Erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. É também o objectivo da Cooperação Portuguesa.

Desde 2015, este objetivo é enquadrado pela ambiciosa Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e pelos 17 Objetivos por ela definidos. Esta agenda é de aplicação universal e por isso deverá ser implementada tanto em países ditos desenvolvidos como em países em desenvolvimento. A sua maior promessa é “não deixar ninguém para trás”.

A implementação daquela a que chamamos a dimensão externa da Agenda 2030 está sob a responsabilidade do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., enquanto organismo da Administração Pública portuguesa responsável pela supervisão, direção e coordenação da política de cooperação portuguesa para o desenvolvimento.

O Camões tem, por isso, intrínseco à sua missão, o apoio à implementação, não de um, mas de todos os 17 ODS nos países parceiros.

A nossa atividade está focada nos Países Menos Avançados, nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e no continente africano, tendo naturalmente os PALOP e Timor-Leste como parceiros prioritários, mas procurando também responder ao interesse de outros parceiros.

A nível setorial, a intervenção baseia-se, por um lado, nas prioridades e necessidades dos países parceiros e, por outro, na experiência e valor acrescentado nacional.

A Cooperação Portuguesa obedece assim a um modelo descentralizado – onde participa um vasto leque de atores estatais e não estatais – e que permite



beneficiar de diferente *know how*, sendo este um vetor determinante da qualidade da nossa ação.

Este modelo cria naturalmente necessidades acrescidas de coordenação, papel que por Lei cabe ao Camões. Ao nível nacional, peça chave dessa articulação, são os mecanismos de coordenação e consulta com as entidades do setor público, da sociedade civil e do setor privado português, nomeadamente no âmbito da Comissão Interministerial para a Cooperação e do Fórum da Cooperação Portuguesa. A colaboração com outras entidades é, assim, algo intrínseco ao nosso modelo de gestão e a coerência e coordenação princípios chave da nossa atuação.

A Agenda 2030 veio reforçar a ideia de que o desenvolvimento é uma missão coletiva, quando reconhece ser necessária uma verdadeira conjugação de esforços à escala global. Para responder aos grandes desafios são necessários meios financeiros e não financeiros e envolver um número crescente de atores – bilaterais e multilaterais, públicos e privados.

Mais ainda, a ambição desta agenda implica necessidades de financiamento que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento nunca poderia suprir, sendo por isso crucial mobilizar recursos financeiros adicionais para a sua implementação.

Isto marcou decisivamente o enquadramento da Cooperação para o Desenvolvimento e obrigou-nos a

repensar o nosso modelo de atuação para dar resposta ao novo paradigma.

O Camões, I. P. tem, por isso, procurado repensar o seu modelo de atuação, alinhando-o com a nova Agenda de desenvolvimento, salvaguardando o que faz bem e apostando numa lógica de parcerias e cofinanciamento nacional, europeu e internacional, público e privado.

Empenhamo-nos na identificação de novas formas de colaboração: reforçámos as linhas de financiamento existentes à Sociedade Civil e criámos novas; promovemos a participação do setor privado (para a qual a revitalização da Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, SOFID, representou um passo essencial); trabalhamos mais e melhor com as instituições comunitárias; reforçámos a nossa colaboração com as Organizações Internacionais, incluindo as Agências das Nações Unidas; apostámos na parceria com outras agências e atores da cooperação através da Cooperação Triangular; definimos novas parcerias com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.

Por outro lado, procuramos adaptar os instrumentos e o próprio quadro legal que dispomos para dar resposta aos novos desafios. Assinamos novos Programas Estratégicos de Cooperação com os países prioritários da Cooperação Portuguesa, alinhados com os ODS. Definimos um novo manual de gestão de projetos, lançámos um novo portal da cooperação e disponibilizámos uma nova plataforma de dados de Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

De entre os parceiros-chave, salientaria aqui apenas dois: ao nível nacional, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e ao nível internacional, a União Europeia (UE).

As OSC são parceiros chave para a concretização dos ODS nas 3 áreas de atuação da Cooperação Portuguesa. Na cooperação para o desenvolvimento, o Camões, I. P., financia as OSC portuguesas no sentido de apoiarem a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento e o reforço do espaço cívico nos países parceiros, tendo em vista a prossecução dos ODS. Na Ação Humanitária, apoiamos as OSC portuguesas com o propósito de prevenirem e de respon-

derem a crises humanitárias nos países parceiros, tendo em vista, uma vez mais, a prossecução dos ODS. Na Educação para o Desenvolvimento, procuramos apoiar ações de sensibilização e de educação dedicadas aos ODS, através de campanhas e de atividades dentro e fora das escolas.

A UE é um parceiro internacional prioritário, dado ser aquele para o qual o nosso país efetua (por via do Ministério das Finanças) a contribuição multilateral mais significativa. O investimento na implementação conjunta com a UE tem criado oportunidades para operadores portugueses, através da captação de projetos com financiamento europeu, em particular através da cooperação delegada e dos fundos fiduciários da União.

O Camões é a única entidade em Portugal certificada para implementar projetos na modalidade de cooperação delegada, i.e. projetos europeus, com ou sem financiamento nacional, cuja gestão é delegada pela Comissão Europeia.

CULTURA

GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS

Susana Sousa

Diretora de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Para enquadrar a forma como tem sido desenvolvida a abordagem de colaboração com outras Entidades, no caso do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), importa começar por referir o que é a nossa missão e, destacando desde já que somos um organismo que, em termos gerais, não tem atendimento ao público nem tem linhas de financiamento, nem desenvolve projetos de concretização de ações junto de territórios e/ou de grupos específicos. Ou seja, a experiência de colaboração com outras entidades, no caso do GEPAC, passa pelas questões do Planeamento Estratégico, dado que o GEPAC é o interlocutor da Cultura para um conjunto significativo de Planos e/ou Grupos de Trabalho intersetoriais, o que nos dá a oportunidade e nos “obriga” a trabalhar de forma direta com os outros organismos da Cultura. E é sobre essa experiência que irei estruturar a apresentação do que tem sido o processo de colaboração com outras entidades.

Quem somos? E qual é a missão?

O GEPAC é um órgão tutelado pelo Membro do Governo responsável pela área da Cultura, com atribuições e âmbito de ação transversais, com a missão de apoiar a formulação, monitorização e avaliação de políticas culturais, assegurar o planeamento estratégico, as relações internacionais e o apoio jurídico e contencioso na área da Cultura.

Como é que os ODS potenciam a nossa colaboração com outras entidades?

Em relação à questão de como é que os ODS potenciam a nossa colaboração com outras entidades, importa referir que:

- o setor da Cultura não é responsável pela implementação e desenvolvimento de nenhum dos ODS;



- a cultura é pilar essencial da democracia, da identidade nacional, da inovação e do desenvolvimento sustentado;
- e que, como tal, a prossecução da missão da área governativa da cultura implica a integração de princípios dos ODS.

No caso do GEPAC, a concretização destes objetivos é potenciada pelo trabalho realizado no âmbito dos Planos Intersetoriais, dos quais destacamos a participação da Cultura no Plano Nacional da Juventude (PNJ).

Ou seja, embora não tenha sido a concretização direta dos ODS que tenha criado a necessidade de iniciar processos colaborativos na Cultura, a transversalidade e implicação sistémica dos mesmos reforçou-a indo de encontro à necessidade sentida de operacionalizar a ligação Cultura com outros setores, aproveitando a oportunidade que os Planos e Grupos de Trabalho intersetoriais permitem.

Assim, para além do PNJ, o trabalho no âmbito de diferentes planos intersetoriais, como a Estratégia Nacional da Igualdade e Não Discriminação – “Portugal + Igual” ou a Estratégia nacional para o Voluntariado, são outros dos exemplos relevantes no que diz respeito à implementação e desenvolvimento de processos colaborativos (entre os diferentes serviços da Cultura e as áreas governativas que coordenam os planos referidos), com o objetivo de envolver tanto

parceiros internos como externos na definição de estratégias e/ou desenvolvimento de processos e projetos.

A participação da Cultura no Plano Nacional da Juventude...

Permitiu-nos iniciar o desenvolvimento de processos colaborativos (sobretudo entre os diferentes serviços da Cultura) nos diferentes Planos e Estratégias Intersetoriais que vão sendo revistos.

Obrigou-nos a pensar coletivamente (entre o conjunto dos diferentes serviços da Cultura), o modo de responder (de forma integrada) aos 3 desafios lançados pelo setor da juventude:

- O acesso à criação;
- O acesso ao emprego e qualificação, particularmente nas indústrias criativas;
- O desenvolvimento de públicos e fruição cultural.

Facilitou o aprofundar de competências para o desenvolvimento de processos colaborativos, com tradução num novo projeto transversal ao GEPAC e com potencial impacto na inovação nos nossos modelos de gestão.

E traduziu-se já em:

Contributos para os ODS 4 e 8, com a participação desta área governativa em Feiras de Emprego e Formação, o que se concretizou pela primeira vez na FUTURÁLIA 2019;

Alargamento do modelo de trabalho às Estratégias “Portugal + Igual” e ao levantamento do “estado da arte” do voluntariado no setor cultura;

Estruturação de um modelo de aprofundamento de competências e capacitação para o aprofundamento de metodologias para o trabalho colaborativo, com o projeto “sala criativa”, homologado no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública (SIIGeP).

O desenvolvimento do projeto “sala criativa” é particularmente emblemático para o GEPAC, no âmbito do tema deste painel, pois corresponde à procura de materialização de um dispositivo conceptual desen-

volvido para a promoção de práticas colaborativas inovadoras entre o GEPAC e os serviços da Cultura, abordando dinâmicas de grupo numa perspetiva de cocriação e visa, entre outras dimensões, a própria capacitação do GEPAC para o desenvolvimento desta função.

Outras ações e resultados que espelham o alargamento destas metodologias de trabalho colaborativo, ao nível do GEPAC, passam, por exemplo:

Pelo trabalho desenvolvido (com contributos para o ODS 1 e 11) no Grupo de Trabalho da Comissão Europeia “Contributos da Cultura para a Inclusão Social”, no âmbito do qual foi lançado o convite ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, através do Instituto de Segurança Social, IP, para participação no referido Grupo de Trabalho;

Ou, no caso dos ODS 4 e 10 em que podemos destacar o modo como a inovação no nosso modelo de gestão interna e na relação com outras entidades/parceiros nos permitiu, a título ilustrativo, desenvolver novas medidas de política propostas por cidadãos no âmbito do Orçamento Participativo Portugal, como foi a operacionalização do projeto vencedor do OPP2017/Cultura para Todos, que possibilitou a implementação de 2 novas medidas: “ÉsCultura’18” e a “Plataforma LIVRAR”, que viram a sua continuidade operacionalizada pelo GEPAC pós o fim formal do projeto.

Próximos passos

Com base no que foi este (ainda curto) percurso, os próximos passos que o GEPAC pretende desenvolver nesta dinâmica de potenciar a colaboração com outras entidades, passa por:

- Consolidar um modelo de avaliação que permita demonstrar o valor acrescentado da utilização das abordagens colaborativas intra e inter-setoriais, no sentido de possibilitar um maior impacto na utilização dos recursos públicos;
- Alargar esta metodologia de trabalho aos contributos da Cultura para a Agenda 2030, para a nova Estratégia Nacional de Integração da Comunidade Cigana e no futuro Plano Estratégico para as Migrações.

Estes próximos, a par com um forte investimento no reforço de competências para o desenvolvimento de abordagens colaborativas, constituem-se como fases iniciais de parte de um processo mais ambicioso que visa concretizar-se em:

- Avaliação da possibilidade de aplicação em Portugal da metodologia CDIS (*Culture for Development Indicators*) da UNESCO;
- Desenvolvimento de uma abordagem colaborativa com os vários serviços da Cultura para a definição de metas e indicadores no âmbito dos vários ODS para os quais os contributos da Cultura foram identificados como relevantes;
- Coconstrução de um modelo de monitorização da Agenda 2030 para a Cultura;
- Reforçar a visibilidade do potencial da relação da Cultura com outros setores, nomeadamente para a promoção da Coesão Social e Territorial e para a prossecução da Agenda 2030, através da organização de espaços de reflexão de partilha de práticas significativas;
- Consolidar o GEPAC como uma entidade de referência na criação de conhecimento em matéria de Políticas Culturais, nomeadamente na sua relação com o Desenvolvimento Sustentável.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA

José Paulo Esperança

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

No presente contexto de políticas de ciência, tecnologia e ensino superior e reiterando a extrema importância de ter uma abordagem sistémica ao nível da formação, investigação, inovação e disseminação, exige-se a capacitação e promoção das entidades do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SNCTES) em todas as suas dimensões e domínios do conhecimento, conectando as suas competências e atividades ao tecido empresarial e económico.

Por outro lado, a Agenda 2030 pressupõe a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas políticas, processos e ações desenvolvidas a nível nacional, regional e global. Portugal defendeu, durante o processo de elaboração da Agenda 2030, a partilha de responsabilidades entre atores públicos e privados e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, realçando a importância de desenvolver processos articulados entre estes vários atores.

Transportando as realidades supracitadas para o contexto institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) surge como denominador comum a maximização de recursos e simplificação de mecanismos de promoção do desenvolvimento sustentável, e a necessidade de aproveitar instrumentos em vigor e ao estabelecimento de sinergias entre entidades. Assim, o conceito de rede, num contexto interpessoal e institucional, reforça a necessidade de estabelecer incentivos a processos colaborativos, numa estratégia pró-ativa de disseminação e vulgarização do conhecimento, de partilha de boas práticas e adoção de modelos sustentáveis.

A representação institucional que abrange o MCTES nas suas dimensões de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, implicam a sua participação ativa em



toda a cadeia de valor do conhecimento. Este singular posicionamento institucional é um catalisador do processo de colaboração e de partilha, que tem sido particularmente potenciado pela Agenda 2030.

Definem-se as redes de conhecimento como conceito central em que é alicerçado o processo colaborativo, definindo 4 pilares principais:

- Processo de internacionalização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Promoção da Ciência Aberta;
- Partilha de boas práticas interinstitucionais e entre todos os atores que compõem o SNCTES, fomentando redes intranacionais e internacionais;
- Criação de pontos focais no acesso e disseminação da informação; promoção da multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade; promoção da capacitação e captação de recursos humanos qualificados.

As ações que se descrevem de seguida assentam em processos colaborativos e implicam o envolvimento e participação ativa de várias entidades, sob a forma de rede, tanto a nível nacional, dentro do espaço europeu de investigação ou num contexto internacional.

Várias ações levadas a cabo pela FCT/MCTES contribuem diretamente para os ODS, com enquadramento específico nos mesmos, nomeadamente:

- Concurso para o Estímulo ao Emprego Científico 2017 e 2018 (este instrumento de financiamento da FCT/MCTES passou a incorporar os seus resultados com vista aos ODS);
- Iniciativa “Interações Atlânticas” que resultou na criação da Associação AIR Centre (partilha de conhecimento numa perspetiva integrada e internacional nas áreas científicas do espaço, atmosfera, oceanos, alterações climáticas e energia);
- “Agendas Temáticas de Investigação e Inovação” da FCT com referência expressa aos ODS (ex. Saúde, Investigação Clínica e Inovação e Economia Circular).

Enumeram-se, de seguida, outras ações ou iniciativas que contribuem para os ODS embora não desenhadas diretamente para o efeito, nomeadamente:

- Estratégia Portugal Espaço 2030 (que inclui o desenvolvimento de estratégias para a integração de dados espaciais para o desenvolvimento agroindustrial, a sustentabilidade energética e a gestão da água, através da cooperação com países do Norte de África e Médio Oriente e ligação com a iniciativa PRIMA);
- Novas parcerias internacionais com países em desenvolvimento, com destaque para a cooperação internacional com países de África e da América do Sul;
- Cooperação FCT-AKDN (fortalecimento das relações PT-África, particular destaque aos PALOP);
- AANCHOR (grandes desafios e oportunidades do Oceano Atlântico como um único sistema - alavancar o quadro da cooperação internacional entre estados membros da UE, do Brasil, da África do Sul e de outros países da orla atlântica);
- EDCTP (Ensaio Clínicos para obtenção de novas terapias para doenças infecciosas mais prevalentes em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento);

- Várias iniciativas transnacionais com objetivos associados aos ODS, nomeadamente LEAPAgri (Segurança alimentar e agricultura sustentável); JPIWater e Iniciativas associadas (Sistemas de águas sustentáveis para uma economia sustentável) e JPIOceans e iniciativas associadas (proteção dos oceanos e diminuição da poluição nos mesmos); SmartGrids (Redes elétricas inteligentes); SmartCities & Communities (Cidades e Comunidades eficientes e Sustentáveis); BiodivERsa (Conservação e Gestão sustentável da Biodiversidade); entre outras, como a participação e representação nacional em Organizações Internacionais e/ou Infraestruturas de Investigação.

A adoção de uma estratégia de comunicação pública de ciência, tecnologia e ensino superior para a sociedade, com envolvimento da comunidade nacional, traduz-se em várias iniciativas implementadas recentemente, nomeadamente:

- Mais Ciência, Melhor Sociedade, plataforma online que disponibiliza informação sobre o financiamento atribuído no âmbito do emprego científico e da sua ligação aos ODS;
- *Study & Research in Portugal*, portal único de entrada para o ensino superior, investigação e inovação em Portugal, com o objetivo de incrementar a capacidade de atração de recursos humanos qualificados, divulgar a oferta formativa e promover Portugal;
- PTCRIS, um projeto que visa promover a integração de vários sistemas de informação de suporte à atividade científica e assim criar um ecossistema aberto de acesso universal à informação.

A FCT, ao nível de gestão interna, adotou recentemente medidas que visam a eliminação do plástico de utilização única, poupança energética, ações de sensibilização para reduzir o consumo de papel e outros recursos geradores de poluição. Por outro lado, tem sido adotada uma política de solidariedade, com ações regulares de recolha de bens para populações nacionais e internacionais mais carenciadas.

Conclui-se que a Agenda 2030 constitui um agente facilitador do processo colaborativo e que tem vindo a facilitar a implementação de uma estratégia assente na partilha, no interconhecimento e na sustentabilidade. É sob este desígnio que irão ser continuados os esforços institucionais nas seguintes vertentes, assentes nas dimensões i) recursos humanos, ii) instituições, iii) sistema e iv) território:

- Desenvolver ações que contribuam para os processos de convergência com a Europa no Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;

- Apostar na contínua modernização institucional e na colaboração intersetorial;
- Reforçar o nível de internacionalização;
- Fomentar a constituição de redes dentro da rede nacional, estimulando a utilização comum de recursos e mobilidade intranacional;
- Construção e manutenção de um sistema que estimule o emprego científico e capitalize o investimento na formação superior e avançada.



EDUCAÇÃO

INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P.

Sónia Paixão

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Face ao tema do painel “Como os ODS potenciam a nossa colaboração com outras entidades”, a intervenção foi centrada, principalmente, no Plano Nacional para a Juventude (PNJ) 2018-2021 (RCM n.º 114-A/2018, de 4 de setembro), enquanto primeiro Plano de coordenação intersetorial da política da juventude, em Portugal.

O PNJ constitui um Plano para Portugal no Mundo e a sua elaboração teve em conta os referenciais internacionais da Organização das Nações Unidas, designadamente a Agenda 2030, do Conselho da Europa; da União Europeia; da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Organismo Internacional da Juventude para a Ibero-América.

Comprometidos com a Agenda 2030 e com os ODS, Portugal e, particularmente o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) refletiu no PNJ os ODS. Na sua construção deu-se ênfase a esse compromisso mencionando-se, para cada medida inscrita, a(s) respetiva(s) referência(s), no que aos ODS diz respeito.

Assim, dos 17 ODS que constituem a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, apenas dois não se enquadram no PNJ, designadamente, o ODS 2 – “Erradicar a Fome” e o ODS 7 – “Energias Renováveis e Acessíveis”. Todos os outros identificam-se como referências às 247 medidas que integram o PNJ, com destaque para o ODS 3 – “Saúde de Qualidade”; o ODS 4 – “Educação de Qualidade”; o ODS 10 – “Reduzir as Desigualdades”; ODS 5 – “Igualdade de Género” e o ODS 17 – “Estabelecimento de Parcerias para a implementação dos ODS”.

O PNJ é um Plano abrangente, ambicioso e detalhado, organizado por três grandes dimensões, às quais correspondem as respetivas áreas de atuação, concretamente:



- Domínios-Chave – Educação Formal e Não Formal, Emprego, Habitação e Saúde;
- Temas-Chave – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governança e Participação, Igualdade e Inclusão Social;
- Planos de Ação Setoriais – Administração Interna, Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural, Cultural, Defesa, Desporto, Justiça e Mar.

O IPDJ assume a coordenação do PNJ, tendo como competências, entre outras, a compilação, divulgação, monitorização e avaliação das medidas que o integram e o acompanhamento das áreas governativas e entidades da Administração Pública na sua execução.

Para acompanhar e validar todo este processo foi criada a Comissão de Acompanhamento ao PNJ, constituída pelo IPDJ (que preside), pelo Conselho Nacional de Juventude, pela Federação Nacional das Associações Juvenis e pela Doutora Magda Nico, investigadora na área da Juventude.

Numa clara evidência de adoção do ODS 17 – “Parcerias para a Implementação dos Objetivos”, o PNJ envolve 16 Áreas Governativas e cerca de 30 entidades responsáveis pela execução das medidas inscritas, com quem o IPDJ mantém a comunicação/articulação através de reuniões conjuntas e setoriais, com os respetivos pontos focais e de quem são recebidos reportes de monitorização/avaliação da

execução das medidas, através de instrumentos de reporte criados para o efeito.

O primeiro relatório intercalar, relativo a 2018, elaborado com os contributos e reportes das Áreas Governativas / entidades envolvidas reflete que, para 2018, cerca de 90% das medidas cumpriram o seu calendário de início ou a sua execução, o que demonstra um grande envolvimento institucional.

Contudo, ainda assim, foram identificadas oportunidades de melhoria na metodologia de acompanhamento, monitorização e avaliação do PNJ, concretamente:

- Reforço do envolvimento setorial, incrementando estratégias que visem o envolvimento e comprometimento sustentável e renovado dos setores;
- Promoção de momentos de reflexão e avaliação do PNJ, garantindo uma maior transparência e comunicação, envolvendo e auscultando as entidades próximas à juventude e avaliando o impacto das Políticas de Juventude;
- Reforço da comunicação e a divulgação das políticas da Juventude plasmadas no PNJ, que se traduzem em oportunidades para a Juventude;
- Melhoria no processo de acompanhamento, recolha e análise dos dados para monitorização e avaliação.

Para além do PNJ cabe destacar outras ações que implicam Portugal, e o IPDJ em particular, na promoção dos ODS no âmbito da política internacional de Juventude, nomeadamente:

- Plano de Ação para Juventude da CPLP 2018-2022 – aprovado na X Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, realizada em julho de 2017, em Caminha. Portugal foi impulsor de um Plano de Ação alinhado com os ODS e respetivas metas;
- Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude 2019 e Fórum da Juventude Lisboa +21 – junho 2019, onde estarão presentes delegações nacionais paritárias, constituídas pelo Ministro e representantes de Juventude de cada país, com o objetivo de produzir uma decla-

ração política conjunta – Lisboa +21 – que renove os compromissos da Declaração de Lisboa de 1998, à luz da Agenda 2030. Evento endossado por 6 agências das Nações Unidas, incluindo o Gabinete da Enviada para a Juventude do Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU);

- Pacto da Juventude 2030 – Estratégia de vinculação do Pacto Iberoamericano da Juventude (assinado em Cartagena das Índias, 2016) com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Portugal assume a copresidência do Organismo Internacional da Juventude (OIJ), juntamente com a República Dominicana, para o mandato 2018-2020;
- Acompanhamento de Grupos de Trabalho Juventude e Desporto do Conselho da União Europeia. Tendo por base a experiência portuguesa noutras plataformas geopolíticas internacionais, Portugal tem tido um papel ativo na discussão sobre a promoção da Agenda 2030 nos setores da Juventude e Desporto no âmbito da política interna e externa da UE, promovida pela Presidência Romena.

Em jeito de conclusão, importa salientar que, no âmbito da ação do IPDJ, entende-se a Agenda 2030 como uma Agenda de futuro com a Juventude do presente: sustentabilidade da ação do Estado na área da Juventude.

Contudo, enquanto IPDJ comprometido com os ODS, falta ainda enquadrar o domínio desportivo neste âmbito e assim desenvolver uma cooperação multilateral (EU/Ibero-américa/ CPLP), uma articulação intersectorial e uma articulação multinível (nacional, regional e local).

É este o caminho que pretendemos fazer, no futuro próximo: Juventude e Desporto alinhados com os ODS “Para transformar o Mundo em nome dos Povos e do Planeta”.

3º PAINEL

COMO OS ODS NOS LEVARAM A INOVAR NOS MODELOS DE GESTÃO

MODERADOR:

Luís Veiga Martins

Chief Sustainability Officer da Nova SBE, em representação da Global Compact Network Portugal

PARTICIPANTES:

PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Marta Carneiro

Adjunta da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

FINANÇAS

ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P.

César Pestana

Presidente do Conselho Diretivo

DEFESA

DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL

Ana Correia

Chefe de Divisão das Áreas de Ambiente e Qualidade

PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I. P.

Conceição Veiga

Diretora de Serviços das Relações Externas e Cooperação

PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Marta Carneiro

Adjunta da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

O Governo lançou, no dia 5 de dezembro de 2018, o “3 em Linha – Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar”. Este programa tem como objetivo promover um maior equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, como condição para uma efetiva igualdade entre homens e mulheres e para uma cidadania plena.

Representa o esforço conjunto do Governo, entidades da Administração Pública (AP) central e local, empresas públicas e privadas, e dos parceiros sociais, na promoção de condições efetivas de conciliação que favorecem a diminuição do absentismo, o aumento da produtividade e a retenção de talento, contribuindo, também, para a sustentabilidade demográfica. Verdadeiramente inovador, este é o primeiro programa de política pública centrado nas questões da conciliação, contribuindo para a implementação da Agenda 2030, designadamente no cruzamento dos ODS 5 e 8.

O programa é composto por 33 medidas, divididas por 4 eixos: i) “(Im)Pacto para a conciliação”, com medidas para diferentes tipos de entidades empregadoras, incluindo na AP; ii) “Conciliar na AP”, com medidas que representam o compromisso da AP central e local; iii) “Equipamentos, serviços e incentivos”, com medidas nos domínios do cuidado, da educação, dos transportes e da saúde; iv) “Conhecer para conciliar”, com medidas que conduzem à produção de novo conhecimento em matéria de conciliação.

Este programa assenta fortemente na inovação da própria AP, com objetivos especificamente dirigidos à transformação das suas organizações de trabalho, através da construção de modelos de gestão promotores da conciliação. Destaco várias medidas do 3 em Linha neste contexto.



O projeto “Pacto para a Conciliação”, promovido pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, com a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e desenvolvido em parceria com a Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Assenta na adesão voluntária de várias organizações, públicas e privadas, que se comprometem a implementar e certificar um sistema de gestão da conciliação baseado na norma portuguesa NP4552:2016.

Aderiram a este projeto vários organismos da AP central (incluindo o próprio INA), institutos públicos, empresas públicas e câmaras municipais, bem como empresas privadas, que se assumem, por isso, precursoras na promoção da conciliação como critério de gestão compatível com a sua estratégia e integrado nos seus processos, através da implementação de práticas em matérias como organização do trabalho, apoio profissional e desenvolvimento pessoal, e equipamentos, serviços e benefícios.

Nesta linha, e tendo em vista apoiar a AP central na implementação e certificação destes sistemas de gestão, o Compete 2020 lançou um concurso com uma dotação de 10 milhões de euros, no âmbito do Sistema de Apoio à Transformação Digital da AP.

Também o INA lançou um convite, no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública, para o desenvolvimento de projetos experimentais

de inovação na AP na área da conciliação. Estes projetos podem recorrer ao “direito ao desafio”, requerendo a suspensão temporária de regimes legais tendo em vista testar soluções inovadoras, sendo majorados no âmbito do concurso do Compete 2020.

Refiro ainda que o INA desenvolveu o Programa de Capacitação em Organização do Trabalho e do Tempo, que integra um curso sobre “Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar” para dirigentes em cargos de direção superior e em cargos de direção intermédia e técnicos/as superiores.

Destaco ainda que, também no âmbito do “3 em Linha”, vários organismos da AP introduziram objetivos de gestão promotores da conciliação nos seus Quadros de Avaliação e Responsabilização de 2019.

Finalmente, refiro o concurso que foi lançado no âmbito do mecanismo financeiro EEA Grants para apoiar as autarquias na implementação de políticas locais de conciliação, enquadradas nos seus planos municipais para a igualdade e a não discriminação.

Estas medidas, entre tantas outras incluídas no “3 em Linha”, são pioneiras nos objetivos e nas respetivas formas de concretização, colocando a AP portuguesa na linha da frente na promoção de condições efetivas de conciliação, reconhecida no Pilar Europeu dos Direitos Sociais como uma das condições justas de trabalho. Este compromisso e esta visão encerram um desafio sem paralelo de modernização e de inovação da AP e estão a marcar uma verdadeira mudança de paradigma nos atuais modelos organizacionais e de gestão.



FINANÇAS

ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P.

César Pestana

Presidente do Conselho Diretivo

Papel das Compras Públicas e do Sistema Nacional de Compras Públicas na Economia Sustentável

Mediante a celebração de acordos quadro nas categorias transversais mais relevantes da Administração Pública, a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap) tem promovido a sua estratégia de atingir objetivos económicos, mas também tem demonstrado uma grande preocupação em cumprir critérios ambientais e sustentáveis.

Para além do estímulo de aumentar as poupanças e os ganhos nas compras públicas, a eSPap está diretamente envolvida na incorporação gradual de critérios ambientais, quer na qualificação de operadores económicos, na definição de especificações ou de critérios sustentáveis de adjudicação.

É neste contexto que as compras públicas e, em concreto, o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) assumem um papel relevante numa economia sustentável, dado que possuem um efeito de demonstração e de promoção, ajudam a desenvolver um novo mercado de produtos e serviços ecológicos (“verdes”) ou socialmente responsáveis e têm potencial para representar um volume de negócio relevante.

Contexto da mudança e a Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2020

O contexto da mudança e da necessidade de inovar decorre de, entre outras variáveis, três normativos estruturantes:

- Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que altera do Código dos Contratos Públicos;
- Despacho n.º 13445/2016, de 31 de março, que cria o Grupo de Trabalho para a Revisão da Despesa;



- Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020.

A Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 julho de 2016, que visa estimular a adoção de uma política de compras públicas ecológicas. O seu propósito essencial é o de se constituir como um instrumento complementar das políticas de ambiente, concorrendo para a promoção da redução da poluição e do consumo de recursos naturais e, por inerência, do aumento da eficiência dos sistemas.

Por esta razão, a ENCPE 2020 privilegia a definição de especificações técnicas para um conjunto de bens e serviços prioritários para os quais já se dispõem de critérios GPP (*Green Public Procurement*) da União Europeia, os quais foram sendo adaptados por grupos de trabalho multidisciplinares e de forma faseada ao mercado nacional.

Neste enquadramento, a eSPap tem procurado definir, de forma articulada, uma estratégia nacional que incorpore a sustentabilidade ambiental nas compras públicas, dando continuidade e visibilidade ao trabalho já desenvolvido, em particular no âmbito do SNCP, como resultado da prática desencadeada com a anterior ENCPE.

Em 2014, todos os acordos quadro celebrados pela eSPap continham produtos prioritários para a incorporação de critérios ecológicos, entre os quais se destaca o acordo quadro de Energia.

Centralização Colaborativa das Compras de Energia

A atribuição das competências de centralização da categoria de energia resulta da medida identificada e proposta do Grupo de Trabalho de Revisão da Despesa Pública, criado pelo Despacho n.º 13445/2016, de 10 de novembro, e constituído com o objetivo de identificar e disseminar boas práticas de gestão de recursos para efeitos de geração de poupanças e de melhoria do desempenho dos serviços públicos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2017, de 6 de junho, veio, entretanto, aprovar a centralização, na eSPap, da categoria de compra de energia, que compreende eletricidade, combustível rodoviário e gás natural para as entidades compradoras vinculadas do SNCP. Este foi um marco importante para o SNCP, quando a própria Comissão Europeia refere que as entidades públicas raramente efetuam compras em conjunto.

A despesa ao abrigo dos acordos quadro de Combustíveis Rodoviários (AQ-CR), de Gás Natural (AQ-GN) e Eletricidade (AQ-ENE) está planeada no Plano Nacional de Compras Públicas (PNCP) para todas as áreas de Governação, com uma estimativa de despesa de mais de 130 milhões de euros por ano, encontrando-se 66% desta despesa concentrada em quatro ministérios.

A operacionalização da centralização obrigou a um novo modelo de gestão dos acordos quadro da categoria de energia, com mudanças de paradigma no modelo de organização e dos processos, na relação com as entidades públicas e com as Unidades Ministeriais de Compras, na criação de uma equipa de compras especializada e na definição de novas estratégias de compras para a energia e na implementação de novos sistemas de informação.

Em termos operacionais, o impacto nos processos revelou-se reduzido e permitiu libertar recursos nos organismos onde estas tarefas eram realizadas an-

teriormente. A aplicação de um modelo de *e-procurement* global permitiu um maior controlo sobre o ciclo total da despesa.

Alguns indicadores: 120 milhões de euros negociados em conjunto até 2018; cadastro de rede com mais de 8.000 pontos de entrega; para 1.121 Entidades Públicas de 16 Áreas de Governação; 15% de Poupança no valor da energia ativa.

Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Neste âmbito, a eSPap apostou no reforço da implementação da ENCPE 2020, numa área vital e prioritária como a compra da Energia.

Para o efeito, focou-se em aspetos como:

- Especialização e profissionalização de uma equipa de compradores públicos, permitindo a partilha das melhores práticas;
- Desenvolvimento e melhoria dos sistemas de informação de suporte e redução dos custos do processo;
- Obtenção de ganhos de escala e reduções de custo, contribuindo para a sustentabilidade das contas públicas.

São presentemente compromissos para o futuro na contribuição no processo de centralização colaborativa:

- Estudar a integração de outras entidades públicas no processo de centralização colaborativa de energia;
- Apoiar o desenvolvimento de programas de eficiência energética permitindo atuar sobre a componente da procura;
- Estudar a aplicação a outras categorias de compras da ENCPE 2020.

DEFESA

DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL

Ana Correia

Chefe de Divisão das Áreas de Ambiente e Qualidade

Através da participação no evento “Agenda 2030: Uma agenda de inovação na gestão pública”, a Defesa teve a oportunidade de apresentar a sua visão sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), durante um dos painéis para troca de ideias em torno deste tópico. Assim, sobre o tema proposto, deu-se especial relevância às ações desenvolvidas e ainda às que se pretendem desenvolver.

O principal elemento de gestão da Defesa, relativamente aos ODS, é a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional. Através da Diretiva são definidos, não só os objetivos, como as linhas e a estratégia a adotar, através de quatro áreas fundamentais: Gestão Ambiental, Gestão dos Recursos Naturais, Alterações Climáticas e Educação Ambiental. A diretiva, embora datada de 2005, está adaptada e concorre para os ODS agora definidos. Esta Diretiva Ambiental irá entrar em processo de revisão a fim de se proceder a uma atualização dos objetivos ambientais para a Defesa, em linha com as políticas de desenvolvimento sustentável.

Assim, fazem parte das atividades da Defesa, para alcançar as metas de alguns dos 17 ODS definidos¹, diversas iniciativas, das quais, umas já realizadas (desde 2010), outras no período de concretização e outras ainda em fase de planeamento.

Relativamente às atividades realizadas, no âmbito ambiental, pelos diferentes organismos afetos à Defesa, foi criado em 1993² o Prémio Defesa Nacional e Ambiente, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa e do Ambiente, e destina-se a

1 - Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, com 17 ODS e aprovada (193 membros) em setembro de 2015.

2 - Despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Recursos Naturais, de 1 de julho de 1993, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 14 de julho de 1993.



galardoar a unidade, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo prestes, para a qualidade do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos naturais, da promoção de boas práticas de gestão de ordenamento do território e da proteção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade.

Portugal participa com uma Unidade piloto, Campo Militar de Santa Margarida, no projeto da EDA (*European Defence Agency*) *SMART BLUE WATER CAMPS*, cujo objetivo é encontrar soluções tecnológicas para a gestão eficiente de recursos hídricos em unidades militares. Esta iniciativa do Exército é apoiada pela Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) e pretende, até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores, assegurando extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, concorrendo para o objetivo sobre “Água potável e saneamento” (Objetivo 6).

Sobre “Energias Renováveis e Acessíveis” (Objetivo 7) a Defesa tenciona, até 2030, aumentar a participação em energias renováveis, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e tecnologias de energia limpa e ainda promover o investimento em infraestrutu-

ras de energia e em tecnologias de energia limpa.

Até ao momento, já foram efetuadas diversas atividades em unidades militares, como sejam, instalações de painéis fotovoltaicos, substituição da iluminação interior e exterior por lâmpadas mais eficientes, aquisição de coletores solares e bombas de calor, entre outras.

Para efetuar atividades futuras que concorram para este desidrato, está a ser ultimada a “Estratégia de Sustentabilidade Energética na Defesa”, ainda sujeita a aprovação.

Em complemento para este ODS, elementos dos diferentes Ramos da Defesa e da DGRDN têm tido uma participação ativa no Grupo de Ambiente e Energia da EDA e no Grupo de Trabalho de Proteção de Ambiente da NATO.

Relativamente ao ODS sobre Produção e Consumo Sustentáveis (Objetivo 12) foi decidido³ no âmbito do PNAEE⁴, um apoio à melhoria do desempenho energético de um conjunto de edifícios públicos considerados prioritários, tendo sido selecionados quatro infraestruturas afetadas à Defesa para serem intervencionadas e onde foram realizadas auditorias energéticas: Escola de Tecnologias Navais (MAR); Regimento de Transportes (EXE); Campo Militar de Santa Margarida (EXE); e Estado Maior da Força Aérea (FA). Posteriormente, foi realizada uma auditoria energética aos edifícios do MDN (edifício principal e edifício de apoio), com o apoio da ADENE e aprovada por S. Ex.^a a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, através de despacho em setembro 2015.

Nos anos de 2016 e 2017 foram elaboradas candidaturas ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, as quais não foram selecionadas; posteriormente algumas das medidas identificadas foram apoiadas pela Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional e pelo Fundo de Eficiência Energética (Aviso 21 – “Administração Pública Eficiente”).

Ainda sobre as atividades previstas e relacionadas

3 - Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação n.º 10223/2009, de 17 de abril.

4 - PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

com a área energética, a Defesa quer tornar uma das infraestruturas que lhe está afeta num “Edifício Verde”. Este projeto pretende obter uma maior eficiência no uso de energia, água, qualidade do ar interior, ruído e resíduos, através de modificações estruturais, da operação e da manutenção. Assim, o edifício em causa, entre outras, deverá ter características energéticas próximas dos Edifícios com Necessidades Energéticas Quase Nulas ou NZEB (*Nearly Zero Energy Buildings*), de acordo com os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos⁵. Este projeto é fundamental, uma vez que se pretende a sua replicação noutras infraestruturas da Defesa.

O combate à poluição marítima decorre de uma das atividades da missão da Marinha e consequentemente para a Proteção à Vida Marinha (Objetivo 14). Esta garantia é ainda complementada, igualmente através das atividades da Marinha, na garantia do cumprimento da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição (MARPOL)⁶. De referir que o ODS 14, no caso português, está definido como uma das prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A proteção da vida terrestre (Objetivo 15) faz parte das atividades em todas as unidades militares, pois que, se pretende, até 2020, implementar uma gestão sustentável das florestas, através do controlo da desflorestação e a restauração de florestas degradadas, aumentando os esforços de florestação e reflorestação. Na Defesa é dada importância à integração dos valores dos ecossistemas e da biodiversidade, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, bem como nos sistemas de contabilidade.

Desde já, o Campo de Tiro de Alcochete obteve as certificações florestais FSC® (*Forest Stewardship Council*) e PECFT™ (*Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes*), estando previsto

5 - Portaria n.º 98/2019 do Ministério Ambiente e Transição Energética, Diário da República n.º 65/2019, Série I de 2 de abril, que corresponde à terceira alteração da Portaria n.º 349-B/2013, de 29 de novembro, alterada pela Portaria n.º 379-A/2015, de 22 de outubro, e pela Portaria n.º 319/2016, de 15 de dezembro.

6 - Dec. n.º 25/87, de 10 julho, em vigor desde 22 janeiro 88.

obter o mesmo tipo de certificação o Campo Militar de Santa Margarida. A certificação ISO 14001:2015 está atribuída presentemente a cinco unidades que obtiveram este tipo de certificação ambiental.

Existem ainda Unidades com a certificação EMAS (*Eco-Management and Audit Scheme*) da EU, sendo a Base Área n.º 5 (Monte Real) a primeira Unidade Militar europeia a obter esta certificação e granjear um prémio entre 120 candidatos.

Por fim, existe uma iniciativa de preservação da biodiversidade enquadrada na política ambiental das Unidades Militares – O Roteiro Natural da Base Aérea n.º 6 (Montijo), estando previstas outras iniciativas semelhantes noutras unidades militares.

Para além de toda a atividade programada da Defesa nesta área, devem ainda ser destacados os diferentes projetos desenvolvidos nos Ramos que, através de atividades ambientais alinhadas com a atual Diretiva Ambiental da Defesa Nacional, contribuem para os ODS, participando numa gestão de recursos sustentável.

Podemos concluir que tem sido possível verificar, através dos indicadores ambientais, que estas atividades, assentes nas quatro áreas da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, têm contribuído para os objetivos de desenvolvimento sustentável na Defesa.



PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I. P.

Conceição Veiga

Diretora do Serviço de Relações Externas e Cooperação

Apresenta-se uma visão geral do trabalho que o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem vindo a desenvolver na área dos indicadores de monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Após um breve enquadramento, faz-se referência ao conjunto de indicadores globais definidos a nível das Nações Unidas (NU), bem como ao trabalho de acompanhamento estatístico desenvolvido pelo INE relativamente a esses indicadores. A apresentação conclui-se com uma ilustração genérica da disponibilidade de indicadores para Portugal e dos desenvolvimentos previstos a muito breve prazo.

Enquadramento

A única forma de saber se estamos a cumprir a Agenda é avaliar os progressos alcançados em relação aos Objetivos em função dos indicadores de acompanhamento que foram definidos.

Medir o progresso, neste quadro de 232 indicadores globais (232 únicos, 244 no total), coloca enormes desafios, atendendo à grande quantidade de dados em causa (sem precedente) a nível global, com reflexo, naturalmente, a nível nacional. É também necessário dispor de dados de elevada qualidade, assentes em metodologias sólidas, que permitam a comparabilidade internacional e assim avaliar o progresso relativamente aos 17 ODS e 169 metas que incorporam a Agenda.

Atendendo a estes desafios, foi criado pelas Nações Unidas, logo em 2015, um grupo de peritos interagências (IAEG-SDGs – *Inter-agency and Expert Group on SDG Indicators*), integrado por peritos dos INE, oriundos de 27 Estados-membros, assegurando a representatividade de todas as regiões das NU, incluindo organismos internacionais como ob-



servadores. Este grupo, presidido pelo *Chair* da Comissão de Estatística das Nações Unidas, propôs o quadro global de indicadores, posteriormente adotado pela 48.^a Sessão da Comissão de Estatística das NU, em março de 2017, e pela própria Assembleia Geral das NU, em julho do mesmo ano, através da Resolução A/RES/71/313, que reconheceu a importância de se dispor de um quadro estatístico sólido para a monitorização dos ODS e de se assegurar o papel central dos INE no acompanhamento estatístico da Agenda 2030 (*Better Data – Better Decisions – Better Lives*).

Indicadores globais

O IAEG-SDG classificou os indicadores de acordo com três níveis (*Tiers*) consoante a disponibilidade de dados e a existência de metodologias internacionalmente acordadas para a sua produção:

- *Tier 1*: o indicador dispõe de uma metodologia estabelecida internacionalmente e os dados são produzidos regularmente para, pelo menos, 50% dos países onde o indicador é relevante.
- *Tier 2*: o indicador dispõe de metodologia estabelecida internacionalmente, mas os dados não são produzidos regularmente pelos países.
- *Tier 3*: não há metodologia disponível para o indicador, pelo que deverá ser desenvolvida.

O grupo IAEG-SDG é também responsável pela introdução de melhorias (*refinements*) acordadas anualmente pela Comissão de Estatística das NU e por duas revisões abrangentes do quadro global de indicadores que estão previstas para 2020 e para 2025.

De acordo com a classificação de *Tiers* de abril de 2019 (a mais recente disponível à data desta Conferência) constata-se que apenas cerca de 44% dos indicadores se situam no *Tier 1*, com metodologias estabelecidas e dados disponíveis.

O que é que acontece quando não há dados ou metodologias acordadas para os indicadores? Depende muito do nível a que se faz o acompanhamento da implementação da Agenda, pois as realidades são diferentes consoante falamos do nível global ou nacional.

Há que considerar que os indicadores são todos igualmente importantes e que a classificação de *Tiers* apenas pretende auxiliar no desenvolvimento de estratégias de implementação global da Agenda.

Por exemplo, a nível nacional, a disponibilidade de indicadores para os *Tiers 1* e *2* pode não ser idêntica à da classificação global e os países podem criar as suas próprias classificações de implementação, com indicadores relevantes para as suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Também o reporte é diferente. O reporte dos dados, a nível global, é alimentado pelas chamadas *custodian agencies* de cada um dos indicadores, as quais disponibilizam dados para a plataforma de dados global gerida pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, em preparação do Relatório anual de progresso do Secretário-Geral da ONU. Os indicadores globais são utilizados no *follow-up* a nível global, sintetizado nestes relatórios anuais.

Já a nível nacional, os ODS estão, por norma, integrados em estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável que incluem a implementação da Agenda 2030; as decisões sobre os indicadores nacionais são tomadas tendo em conta as prioridades nacionais; os indicadores nacionais deverão ser alinhados, tanto quanto possível, com os indicadores globais.

Follow-up estatístico pelo INE

Neste contexto, o INE empreendeu um conjunto de ações, desde 2016, para apoiar a implementação nacional dos ODS. Foi, nomeadamente, criado um grupo de trabalho (GT) multidisciplinar (maio de 2016) com o objetivo de (i) proceder ao levantamento da informação disponível e identificar a informação em falta; (ii) articular com outras entidades nacionais para validação de fontes e dados; (iii) acompanhar desenvolvimentos da Agenda 2030 a nível internacional e (iv) apoiar a coordenação nacional da Agenda 2030, assegurada pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Planeamento e das Infraestruturas.

Como resultados práticos dos esforços desenvolvidos por este GT, foi disponibilizado, no Portal do INE, desde abril de 2017, um dossiê temático, contendo indicadores ODS maioritariamente produzidos ou divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional, bem como alguns provenientes de fontes externas (como, por exemplo, os indicadores relativos à APD). Foi também editada, em junho de 2018, a primeira publicação estatística sobre indicadores globais ODS com informação disponível para Portugal. Este GT contribuiu ainda com um capítulo estatístico para o 1.º Relatório Voluntário que Portugal apresentou ao HLPF (*High Level Political Forum*) em julho de 2017.

Também disponível no Portal do INE encontra-se um vasto conjunto de indicadores relativos a temas específicos, organizados noutros dossiês temáticos, tais como: Indicadores Europa 2020; Sistema de Indicadores do Portugal 2020; Índice de Bem-estar; Género; Território – os quais contribuem igualmente para contextualizar as políticas de desenvolvimento a nível nacional.

Indicadores ODS para Portugal

Do processo de levantamento da informação disponível levado a cabo pelo GT-INE para o acompanhamento dos 17 ODS em Portugal, apura-se que, à data de 8 de maio de 2019, do total de 244 indicadores globais, a maioria (148 indicadores) encontrava-se disponível, com informação idêntica (90 indicadores), similar (45 indicadores) ou parcial

(13 indicadores). Dos indicadores não disponíveis naquela data, 87 encontravam-se em estudo, sendo os restantes não aplicáveis à nossa realidade. O gráfico contido no *PowerPoint* da apresentação ilustra a repartição, por cada um dos 17 ODS, dos indicadores globais que, na data atrás referida, continham informação disponível para Portugal.

A segunda edição da publicação “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Indicadores para Portugal – Agenda 2030”, bilingue, será lançada pelo

INE no mês de junho de 2019, contendo novos indicadores, bem como uma atualização dos que constam da primeira edição, sendo efetuada uma análise sintética do comportamento de cada indicador no período de referência (desde 2010 até ao ano mais recente disponível) e apresentada a tendência evolutiva dos indicadores. São ainda incluídos dados desagregados, sempre que disponível e relevante.



SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**“REFORÇAR
O COMPROMISSO
COM OS ODS:
COMO VAMOS
PROSSEGUIR?”**

A sessão de encerramento desenvolveu-se no formato de perguntas e respostas, que de seguida se apresentam.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

“ACREDITAMOS QUE TEMOS MUITO POTENCIAL PARA CRIAR UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MAIS RESILIENTE E SÓLIDA PARA O CUMPRIMENTO DOS ODS.”

MODERADORA:

Cristina Peres

Jornalista do jornal “Expresso”

PARTICIPANTES:

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO

Teresa Ribeiro

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SECRETARIA DE ESTADO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Luís Goes Pinheiro

Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa

FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO

Fátima Fonseca

Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Cristina Peres, moderadora – Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), tanto quanto me lembro, foram aprovados e entraram em vigor em 2015. Parecia o auge do multilateralismo, já que foi o ano em que, também, se chegou a acordo sobre o clima, em Paris, e ao acordo nuclear. Contudo, passados 4 anos, estamos perante uma realidade completamente diferente.

Gostaria de fazer uma pergunta aos três, que têm âmbitos de atuação diferentes.

Qual o papel do Estado na aplicação e na solidificação dos ODS?

Teresa Ribeiro, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação – Respondendo à questão, talvez valha a pena pensarmos um pouco no mundo em que vivemos. Temos um mundo extraordinariamente complexo e interdependente em que aquilo que era, anteriormente, gerível ao nível nacional, não é suscetível de ser tratado apenas a esse nível, nos dias de hoje. De alguma forma, o racional da Agenda 2030 e da sua adoção está relacionado com o reconhecimento desta enorme complexidade. É o reconhecimento da necessidade de adotar mecanismos que garantam um novo multilateralismo, que nos permitam avançar no desenvolvimento e, sobretudo, no desenvolvimento sustentável, servindo toda a comunidade planetária. Por isso, adotou-se esta Agenda.

Assenta na visão de um mundo que é, como antes disse, muito complexo e interdependente, requerendo a intervenção de todos os países, numa permanente interação. Como disse e bem, estávamos, em 2015, no auge do multilateralismo, um ano, neste domínio, particularmente auspicioso: é adotada Agenda 2030, a agenda do financiamento de Addis Abeba, o acordo do clima. Todos eles, aliás, inextricavelmente ligados. Mas é importante ter a noção, de que estamos hoje num mundo um pouco diferente.

Ao olharmos para trás, constatamos que em duas décadas, a globalização, a integração económica global, o comércio internacional e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento trouxeram benefícios muito relevantes. Tiraram mil milhões da pobreza, fizeram



chegar a eletricidade a muita gente, enfim, permitiram o acesso ao saneamento, à educação, etc. Contudo, trouxeram, também, danos colaterais que são, agora, mais visíveis.

Esses danos colaterais estão, obviamente, muito patentes nas desigualdades, não apenas entre os países, mas no interior dos países. São gritantes e tendem a agravar-se com as ameaças que nos colocam, hoje, as alterações climáticas ou o proteccionismo ao comércio internacional, que se traduzirão, por exemplo, numa redução da prosperidade com efeitos na riqueza das pessoas, no seu bem-estar.

Todos estes desafios exigem políticas públicas. Se confiarmos apenas na inércia, teremos o agravamento de todos estes problemas. Precisamos, por isso, de um compromisso político forte, políticas públicas claras, e de uma administração pública para as executar.

A Administração Pública tem um papel fundamental neste grande desafio que é global. Esse papel é sempre crucial, mesmo quando não é o único ator, a única protagonista na implementação da Agenda. A questão das parcerias é absolutamente decisiva. Hoje, a Administração Pública, para o cumprimento dos ODS, tem que se articular com a sociedade civil, mas na sua aceção mais pródiga, com a academia, com as ONG's, com o setor privado, etc.

Nós precisamos dessas parcerias e precisamos também de políticas que sejam inclusivas, centradas nas pessoas e muito mais exigentes em termos de resultados.

O papel da Agenda e de um documento com uma abordagem como esta é o de estruturar a visão “aspiracional”. Cada um dos países que a subescreveram e que a adotaram têm como missão executá-la no seu espaço de responsabilidade e, ao mesmo tempo interagir com a restante comunidade internacional para garantir o seu desenvolvimento à escala global.

Luís Goes Pinheiro, Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa – Acho que sem o Estado não há cumprimento da Agenda e, apesar de tudo, considero que, em geral, a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é a matriz que enforma, praticamente, todos os programas políticos das democracias ocidentais europeias, pelo menos das consolidadas. Ainda há pouco, no debate anterior, ouvíamos falar disso, quando o moderador perguntava: “mas essas ideias de inovação surgiram por causa da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?”

E a resposta foi, sempre: “Não, de facto já faziam parte da forma como nós trabalhamos, das nossas políticas, da nossa própria agenda”. Isto porque nós vivemos num espaço especialmente privilegiado no Globo e, neste momento, ainda mais com um governo de centro esquerda, em que a harmonia entre a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aquela que resulta do programa de governo é total. É fácil estar deste lado do mundo.

Mas, provavelmente, não é preciso andar muito (e basta olharmos para a Agenda de alguns populismos, em áreas do globo próximas da nossa) e verificamos como uma Agenda Global, que imponha o cumprimento de um conjunto de objetivos assentes em valores que se pretende que sejam transversais, pode vir a ser essencial.

Em Portugal, apesar de ser fácil verificar um encontro entre aquilo que fazemos e os ODS, a verdade é que existe espaço para melhorar em todos os objetivos, porque estes objetivos são uma Agenda permanentemente inacabada. Podemos não mudar os objetivos, eventualmente aperfeiçoar uma ou outra meta dos mesmos e estendê-los para 2040 e, ainda assim, chegaremos a 2030 podendo dizer que cumprimos a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento



Sustentável, uma vez que estes também são relativos. Na maioria dos casos, são objetivos relativos, estão relacionados com a forma como nós, no mundo, olhamos uns para os outros e nos posicionamos uns relativamente aos outros.

Daí ser tão importante haver um parceiro, como o Estado, uma entidade com capacidade de corrigir os desvios que o funcionamento da sociedade, da economia e das tensões normais provocam, à escala global.

Acontece isso no que respeita ao flagelo da pobreza. Se não houver intervenção dos Estados e não houver um compromisso muito forte de cooperação entre os Estados, a erradicação da pobreza dificilmente sucederá por mero funcionamento da economia global. Aliás, a globalização foi, provavelmente, um dos fenómenos mais responsáveis por tirar muita gente da pobreza, mas também por empurrar muita gente para a pobreza.

Outro exemplo: a saúde de qualidade. Ninguém tem dúvidas de que há um importantíssimo papel do setor privado na disponibilização de cuidados de saúde. Mas também não há qualquer dúvida de que, se não existir uma intervenção do Estado nesta área, vai haver uma profunda desigualdade no acesso a cuidados de saúde. O mesmo acontecerá com a educação. A educação é fundamental. Se não conseguirmos garantir que chega a todo o lado, seguramente estaremos não só a contribuir para as desigualdades que existem hoje, como estaremos a garantir que, amanhã, também as haverá. Isto são apenas alguns exemplos.

No âmbito da modernização administrativa, isto é essencial. Dou um exemplo: quanto mais simples for aceder a algo, mais fácil será assegurar que o acesso está garantido para todos. E se não for mesmo preciso fazer nada para aceder a algo, então aí estaremos todos em pé de igualdade.

Em 2016, foi criada a tarifa social de energia elétrica, que visa estabelecer um compromisso, entre o setor público e o setor privado, no sentido de fornecer energia elétrica, a custos bonificados, para aqueles agregados familiares que têm menos condições económicas. Inicialmente, essa medida estava a ser concretizada mediante o pedido das famílias que podiam beneficiar dessa bonificação. Apenas cerca de 150.000 famílias solicitaram o benefício. Foi alterado o modelo e passou a ser um serviço automaticamente facultado caso se verifiquem as condições para acesso, algo resultante do contacto direto entre bases de dados. Neste caso, o acesso direto às bases de dados públicas, que tinham essa informação, permitiu que passassem a ser mais de 700.000 as famílias a beneficiar da bonificação.

Este é um bom exemplo de como, se nós eliminarmos os obstáculos burocráticos, conseguimos horizontalizar a sociedade e aumentar a igualdade entre os cidadãos. A única forma de garantir que as pessoas estão todas em pé de igualdade, seja em Portugal, seja na comparação com o que ocorre fora do país, passa por eliminar obstáculos no acesso a aspetos fundamentais na vida das pessoas.

Fátima Fonseca, Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público – Em primeiro lugar, quero agradecer a vossa presença e afluência em massa a este encontro. Confesso que, para mim, também foi uma surpresa, embora de certa forma já suspeitasse que o tema pudesse suscitar interesse. Agradecendo a gentileza que tiveram de me atribuir a ideia, devo confessar que, na verdade, a ideia não foi minha. Ela nasceu de uma conversa que tivemos e em que constatávamos algo, que até pode ser contraditório com esta influência massiva à sala, que passa por uma percepção difusa, na Administração Pública, do que é a Agenda 2030, isto é, não se sabe muito bem o que é, o que significa a Agenda 2030 no quotidiano dos serviços.

A nossa ideia, quando quisemos reunir este conjunto de boas práticas, de práticas exemplares, foi a de demonstrar que muitas já estão em curso há muito tempo, e apesar da Agenda datar de 2015, existem objetivos anteriores. Este caminho de transformação do mundo já se colocou em marcha há muito tempo, enquanto projeto coletivo, mas pareceu-nos importante aprofundar a consciência deste caminho, deste projeto partilhado e torná-lo mais claro.

Vou tentar não repetir aquilo que os meus colegas disseram. Tornar mais claro o que significa este acervo de responsabilidades no quotidiano dos serviços públicos porque todos nós sabemos que a ideia que passa para a sociedade sobre a Administração Pública, é a de que continua a ser uma “coisa” razoavelmente monolítica e que, apesar de toda a abertura na prestação dos serviços e na facilitação do acesso, ainda tem muitas zonas cinzentas de burocracia. Esta percepção coletiva tem, seguramente, muito fundo de verdade mas também tem uma parte fortíssima de injustiça e aquilo que nós quisemos tornar evidente é que, de facto, a Administração Pública, nos últimos anos, tem aprofundado um caminho que é irreversível, através das oportunidades que a tecnologia nos oferece mas, sobretudo, através desta consciência da necessidade de interligar pessoas e organizações.

A Secretária de Estado que tenho o prazer de tutelar, neste momento, chama-se Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público. As pessoas, normalmente, olham para esta Secretária de Estado como o emprego público e, em bom rigor, é verdade, mas ao partilharmos as pastas mais transversais no Governo, como a do Luís, como a da Teresa e também como a minha, partilhamos esta necessidade de tornarmos claro para todos os colegas que estamos a fazer um trabalho que é coletivo, transversal e muitas vezes imperceptível no quotidiano.

Esta organização em parceria é, também, o reflexo do posicionamento do Governo face a este conjunto de desafios, que passa por assumi-los como uma agenda coletiva. No caso da Administração e do Emprego Público, aquilo que entendemos é que nunca podemos esquecer que estamos a falar de pessoas em organizações. Trabalhadores em organizações,

organizações que têm que ter modelos de gestão adequados, na medida em que, como os colegas já referiram, a Administração Pública é um ator muito relevante na transformação do nosso mundo. Nunca podemos esquecer que teremos que adotar modelos de gestão adequados ao nosso tempo, ao nosso mundo, às expectativas das pessoas que trabalham nas nossas organizações, para que possamos servir as pessoas que estão fora das nossas organizações e que são os destinatários participantes da nossa ação. Nós existimos para criar este valor social e, portanto, os nossos modelos de gestão não devem servir para cumprir as nossas missões, no nosso canto, no nosso sítio.

Os nossos modelos de gestão existem, sim, para que possamos assumir as nossas responsabilidades no projeto coletivo de forma colaborativa. Isto significa que tem que existir uma mudança estrutural, tal como referem as próprias Nações Unidas no relatório sobre o setor público de 2018. Implementar políticas integradas requer outra forma de trabalhar na Administração Pública e, portanto, a tecnologia é importante, mas é igualmente importante a capacitação. É importante que as pessoas tenham competências adequadas para perceber em que mundo estamos, o que é que se perspectiva e o que é necessário fazer para antecipar as respostas que temos que garantir, face a todo o inesperado que se coloca a todos os países no mundo atual, e lidar com fenómenos extremos, lidar com os desafios do digital e com as mudanças no mundo laboral.

Enfim, são questões que se colocam de forma muito premente a todos os países. Temos que perceber o que é que necessário mudar para dar essa resposta.

Garantir as competências adequadas às pessoas, garantir modelos de gestão na Administração Pública que dêem expressão a esta Agenda, que não pode estar fechada na leitura orgânica das missões de cada entidade pública, mas tem que ser uma agenda que incorpore, nos instrumentos de gestão, de forma muito explícita, a dimensão dos resultados. Portanto, temos que ter a capacidade de reler (e reciclar) os instrumentos de gestão que estão ao nosso dispor, de forma a incluir os resultados nos nossos modelos de gestão e deixar de medir aquilo



que fazemos em função do número de reuniões, de relatórios que produzimos mas, sim, em função dos resultados que conseguimos concretizar. Os nossos instrumentos de gestão, na verdade, já permitem integrar a dimensão dos resultados.

No último painel foi dado o exemplo da Lei do Orçamento de Estado, deste ano, que veio determinar de forma transversal para todos os organismos públicos, a introdução, nos quadros de avaliação e responsabilização, de objetivos na área da conciliação, o que incorpora, de forma muito clara e imediata, um dos ODS.

De acordo com o último levantamento realizado, 76% dos organismos públicos que já têm os seus quadros de avaliação e responsabilização aprovados integram, de facto, um conjunto de compromissos de resultados associados a esta área. Portanto, inovar na forma como nós lemos os dispositivos legais, sermos menos prescritivos nos instrumentos que produzimos, termos a capacidade de interpretar de forma inovadora e coerente o acervo de instrumentos, para que as nossas organizações, com as nossas pessoas, com as competências adequadas, possam dar resposta às necessidades transformadoras de um mundo que é diferente. Será sempre diferente e temos que ter a capacidade de ousar, perspectivar o futuro, hoje, mas sem nunca esquecer de continuar a garantir, por antecipação, a capacidade para responder, não aos desafios que conseguimos adivinhar, mas sobretudo àqueles que não conseguimos antever. E essa capacidade adaptativa só se faz com as pessoas competentes em organizações capazes.

Cristina Peres – A comunicação é importante. Chernobyl aconteceu, na Ucrânia, mas matou as renas na Lapónia, ou seja, estamos ligados e há qualquer coisa de urgência no que se passa. Por exemplo, Greta Thunberg não admite que se fale em alterações climáticas, mas em catástrofe climática.

Como comunicamos os resultados da integração dos ODS, na atividade da Administração Pública, a nível Europeu e a nível Mundial?

Teresa Ribeiro – Claro que esse é, com certeza, o desafio da comunicação e o desafio da mobilização das pessoas. É muito interessante ver que temos segmentos, designadamente, os jovens que estão hoje muito mais mobilizados para os ODS, sentem que isso os interpela. Eles são, de alguma forma, vítimas (é preciso ter cuidado com esta qualificação) mas, obviamente, eles sabem que o mundo de amanhã, se nada se fizer, corre riscos de grande proporção, como todos nós sabemos e não queria aqui utilizar uma linguagem muito “tremendista”.

As questões das desigualdades, da inteligência artificial, do acesso à educação, do acesso à saúde estão todas ligadas. Não é por acaso que o Banco Mundial tem, por exemplo, mais do que um programa de capital humano assente nestes dois pilares: a saúde e a educação, que são bens globais, bens públicos globais. Essa comunicação é, pois, essencial para mobilizar as pessoas.

O que vemos, também, é que é difícil, fazer chegar ao conjunto da população uma mensagem que limpidamente as mobilize. Há um trabalho grande a fazer, não tenho qualquer dúvida, mas isso não interpela apenas quem está aqui (leia-se a Administração Pública) interpela quem está e tem um papel relevantíssimo, nas nossas comunidades, como a comunicação social que entendo relevantíssima para dar voz aos desafios que, hoje, enfrentamos.

Gostava também, voltando um pouco atrás, de explicar a elaboração do primeiro relatório apresentado, voluntariamente, por Portugal nas Nações Unidas, em 2017, sem esquecer que muitos dos que estão aqui presentes estiveram envolvidos nesse processo. Integrámos um dos primeiros lotes de países que, voluntariamente, quis apresentar num palco

global (as Nações Unidas) aquela que era a visão “aspiracional” que temos para o país. Portugal tem uma visão para o país. Escolhemos seis prioridades, viram aqui, no início desta sessão, no filme “[Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)” que antecedeu a apresentação, em termos mais formais, do nosso relatório. Queríamos e apostámos na comunicação! Para que lográssemos um impacto grande na apresentação da nossa visão, não como uma visão quase administrativa da Agenda no sentido de elencar os dezassete objetivos e dizer o que nós fazemos para cada um deles, mas pelo contrário, escolher prioridades, estruturar uma visão. Isso pareceu-nos essencial.

Voltando à questão da comunicação, de facto, há responsabilidades partilhadas e esse é também um dos pressupostos da Agenda. Nós precisamos de toda a sociedade. Com certeza que os governos têm uma missão fundamental, até de mobilização, mas todos estão convocados para esta tarefa, ninguém fica de fora, nem do ponto de vista dos benefícios nem do ponto de vista das obrigações. Por isso, quando se fala na agenda inclusiva, a agenda inclusiva de não deixar ninguém para trás, devemos fazê-lo numa dupla perspetiva: na da responsabilização do cidadão para a inclusão e na da sua sensibilização para os fenómenos de exclusão, que alimentam os populismos em todo o Mundo.

O Mundo mudou. Portugal também mudou, mudou muito e para melhor. Assisti à apresentação dos resultados do Relatório dos Direitos Humanos, em Genebra. Portugal, periodicamente, é alvo de exame universal no Conselho dos Direitos Humanos e, de facto, quando apresentámos o relatório tivemos a noção do que se faz com o inestimável contributo das políticas públicas e da Administração Pública. É bom que não nos esqueçamos.

Jean Monnet dizia algo que era muito interessante: “Nada é possível sem o Homem, mas nada dura sem as instituições”. Portanto, se nós não tivermos políticas públicas fortes, ou seja, governos que assumam plenamente as suas responsabilidades em termos do desenho de políticas, que sejam inclusivas, centradas nas pessoas, exigentes quanto aos resultados e a par disso, instituições que sejam ca-

pazes de liderar a sua implementação, fazendo as alianças necessárias e convocando os atores que é preciso envolver, nós não teremos futuro como país, como planeta. Não é uma questão de implementação da Agenda 2030, não é para cumprir algo que vagamente nos diz respeito, pelo contrário, é para podermos ser os cidadãos que queremos ser, participando ativamente na nossa vida, beneficiando da prosperidade para que todos e cada um, à sua escala, devemos ser capazes de contribuir.

Cristina Peres – O grande inimigo da verdadeira aplicação das políticas é o tempo, ou seja, o desenvolvimento a longo prazo tem sempre como “inimigo” as legislaturas, os ciclos eleitorais. Eu gostaria que falassem um pouco a partir de um presente que fazemos hoje.

Como veem o legado para o futuro?

Luís Goes Pinheiro – Vejo com otimismo. Creio que, aliás, esse problema que aponta é uma das grandes virtudes desses países que olham para os ODS e que os compreendem. Falamos de Democracia. Portanto, essa noção de efemeridade no poder também representa uma noção de responsabilidade face ao tempo e à oportunidade. Tem que se fazer alguma coisa no tempo que se tem. Olho para o que tem sido feito e considero que estamos no bom caminho.

A conjuntura global vai registando flutuações. Não vejo com pessimismo o que aconteceu nos últimos anos. Ontem assinalou-se o Dia da Europa. Senti, de facto, uma força na Europa que, provavelmente, há uns anos, não se sentia. Tendo a crise económica sido um dos aspetos mais demolidores para a Europa, na verdade, esta sai mais coesa, mais próxima, mais Europa.

A crise dos refugiados alertou a Europa para a necessidade de se adotarem políticas comuns em muitas áreas e de não se poder virar as costas aos parceiros europeus. E isto sob pena de se estar a criar um *boomerang*, na medida em que, quando um país do mesmo espaço age de forma egoísta, o resultado passará por este ser afetado pela própria atuação. Portanto, sou um otimista. Considero que estamos melhor e creio que caminhamos para ainda melhor, se continuarmos a dotar o Estado e as instituições

da capacidade de execução do seu trabalho, sejam estas nacionais, sejam estas europeias, sejam estas mundiais.

Vou dar um exemplo: falamos muito de inteligência artificial e dos perigos da inteligência artificial. No entanto, devemos também falar das virtudes da inteligência artificial e das vantagens de a controlarmos. Falo, por exemplo, de outros blocos que têm outras lógicas de pensamento diferentes da europeia, que é muito mais comprometida com os ODS do que outras. Portanto, não dotar a Europa dos recursos necessários para, rapidamente, esta avançar para uma agenda de transformação digital arrojada, que lhe permita capacitar-se e que a coloque na liderança na área de inteligência artificial, pode ser o maior veículo para, amanhã, estarmos muito mais longe de cumprir a Agenda 2030 do que estamos agora. Sem os instrumentos, sem o controlo sobre esses instrumentos, associados a uma carteira de valores que é aquela que está subjacente aos ODS, dificilmente caminharemos para um mundo melhor.

Fátima Fonseca – Os governos vão e vêm. A Administração Pública mantém-se.

Diria que a maior garantia de continuidade num projeto é a garantia de que a Administração Pública compreende o papel que tem e deve ter, porque o projeto coletivo é um projeto muito transversal. Agora o que é necessário garantir, em termos de permanência dos sistemas, é também uma Administração Pública forte, que tenha capacidade, não só para executar políticas, mas para participar ativamente na elaboração e na monitorização das políticas que são concebidas de uma forma cada vez mais multilateral. Esta aposta numa Administração Pública forte é a nossa maior garantia de continuarmos no caminho certo.

Queria apenas dar um exemplo do grau de convicção com que o Governo pode afirmar que acredita numa Administração Pública forte. Há menos de um ano, o Governo aprovou o Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública (SIIGeP) que, aliás, já foi aqui referido e em mais do que um painel. O SIIGeP é, precisamente, um chamamento para a Administração Pública e os seus mais de 680.000 trabalha-

dores, puderem vir participar ativamente no reforço da sua capacidade organizacional e institucional.

Este sistema de incentivos à inovação assenta em três pilares e eu queria, apenas, partilhar convosco alguns números que também refletem a forma como a Administração Pública está a responder. O SIIGeP vem estimular a capacitação dos trabalhadores da Administração Pública, de todos os trabalhadores, incluindo aqueles que exercem funções de direção, para que apreendam melhor os desafios necessários para o trabalho, para o mundo laboral e para a necessidade de nos posicionarmos de forma proativa perante as mudanças, para as podermos comandar, tanto quanto possível, em vez de sermos arrastados por elas.

O INA tem um programa de capacitação que já formou mais de 100 pessoas em novos instrumentos e ferramentas para responder a este mundo novo. O SIIGeP tem, também, dois outros pilares que são muito importantes, quer na dimensão da implementação de boas práticas, quer na dimensão da comunicação (e isto interliga com a resposta que a Teresa deu há pouco) que são a experimentação e o reconhecimento.

Na experimentação, o apelo que se faz é o de adotar soluções novas. Experimentem até ao limite das vossas capacidades e sejam o mais atrevidos possível porque o Governo, inclusivamente, vem apelar ao desafio dos instrumentos legais que estão em vigor. Temos que saber que passos dar, até porque os enquadramentos jurídicos devem ser razoavelmente estáveis e flexíveis, para que possam acomodar capacidade de atuação efetiva. É assim que o Governo vem instituir o mecanismo chamado “Direito ao desafio”, no âmbito dos projetos experimentais de inovação na gestão, na forma como se gerem as pessoas, como se gerem ambientes de trabalho e se experimentam novos modelos de gestão na Administração Pública.

Queria direcionar a discussão para este plano porque é um plano central.

O desafio, que o quadro de referência de resultados que os ODS representam, deve ser visto de fora mas, também de dentro. Esta é uma nova forma de

trabalhar e o Governo apela à experimentação de novas formas de gerir pessoas, de gerir ambientes de trabalho positivos e mobilizadores, que promovam mais ativamente a participação dos trabalhadores nas missões do serviço, de forma colaborativa dando origem a novos modelos de gestão.

A Administração Pública respondeu de forma muito expressiva e transversal a estes três desafios. Temos 17 projetos experimentais já homologados e há quem queira testar os enquadramentos legais invocando o direito ao desafio. Esta é uma forma muito interessante de medir o passo antes de legislar para regular o funcionamento da Administração Pública de forma diferente.

O pilar da experimentação é um pilar extraordinário, uma vez que convoca todas as pessoas na Administração Pública a responder ao desafio de ser mais proativo na leitura das suas missões.

O terceiro pilar é o do reconhecimento. Temos 45 candidaturas a projetos de inovação, já com resultados concretizados. Em breve daremos nota dos projetos que foram candidatos, daqueles que são reconhecidos como os projetos particularmente inovadores. Sendo certo que essa distinção, do particularmente inovador, é apenas um grau. Todos estes projetos que foram aceites aos prémios de inovação serão, seguramente, muito inovadores. Portanto, aquilo que queria dizer para concluir, é que, o Governo acredita que a Administração Pública tem um papel central nesta construção da capacidade para gerir o nosso presente e para perspetivar e construir ativamente o nosso futuro.

A Administração Pública está a ser dotada de competências e de novos trabalhadores. O Sr. Ministro já o referiu, anunciando o recrutamento de 1.000 técnicos qualificados para as áreas de competências mais transversais para capacitar a Administração Pública, nos centros de competências mais técnicos, para poder trabalhar melhor as políticas públicas com foco nos resultados enquadrados neste projeto coletivo.

Com mais recursos humanos, e recursos humanos mais qualificados, com liberdade de experimentar e com modelos de gestão inclusivos, também para

dentro e não só para os nossos clientes, mas com os nossos próprios trabalhadores, acreditamos que, de facto, temos muito potencial para criar uma Administração Pública mais resiliente e para projetar no tempo, com solidez, todos os passos que precisamos de dar expressão ao cumprimento dos ODS.

Damos por encerrada a conferência Agenda 2030, uma Agenda de Inovação na Gestão Pública.

Agradecemos a todas e a todos a vossa presença.

Até breve.





DIREÇÃO-GERAL
DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES
EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Rua Filipe Folque, n.º 44, 1069-123 LISBOA | Tel. 214 465 300 | ina@ina.pt | www.ina.pt